AGRO ANALYSIS

A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS | VOL 32 | Nº 11 | NOVEMBRO 2012 | R$ 15,00

ISSN 0100-4298

FGV GVagro CENTRO DE AGRONEGÓCIO



BM&FBOVESPA
Mais uma opção para *hedge*

ÁFRICA DO SUL
Bom parceiro para o Brasil?

PECUÁRIA DE CORTE
Espaço para sustentabilidade

SOJA
a maior rentabilidade na safra 2012/13

O agronegócio é o seguinte

Baixo crescimento mundial pressiona o Brasil

HOUVE CERTA surpresa na decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central de reduzir a meta da taxa básica de juros – Selic – para 7,25% ao ano, na reunião realizada no último mês de outubro. Trata-se do seu menor patamar desde a implementação do real, em 1994. O cenário de inflação permanece pressionado. As projeções para o IPCA em 2012 já subiram para próximo a 5,5% e devem continuar caso as pressões oriundas dos preços de alimentos se mantenham. Diante desse cenário, não se deve esperar novos cortes na taxa de juros.

No âmbito internacional, para entender o cenário econômico atual, é importante olhar para as projeções do Fundo Monetário Internacional (FMI) para o crescimento do PIB dos EUA (2,2%), da União Europeia (-0,2%) e da China (7,8%). O resultado econômico desses países explica o baixo crescimento esperado para a economia mundial. Para o Brasil, o FMI estimava uma das menores taxas de crescimento do mundo (1,5%) em 2012. Somente os chineses representam a metade do saldo comercial da balança comercial brasileira, ou seja, uma queda no resultado desse país afeta diretamente o Brasil.

Com esse quadro, o BACEN já sinaliza que a Selic deve permanecer constante por todo o ano de 2013. Esse quadro muda apenas se houver algum movimento inesperado no cenário internacional. O câmbio deve flutuar entre R$ 2,00 e R$ 2,05, conforme já sinalizou o ministro da Fazenda. Os preços dos grãos continuarão bons.

Apesar da recente queda nos preços da soja, provocada pela previsão de safra recorde em 2012/13 no Brasil e pela recente revisão para cima da expectativa de produção nos EUA na mesma safra, o patamar atual de preço ainda é muito alto e deve garantir um ótimo retorno para o produtor. Análise apresentada pela ***Agroanalysis*** estima uma rentabilidade média da cultura de 15,5%. São 3,6 pontos percentuais a menos em relação à rentabilidade de 2011/12, mas ainda é um excelente resultado.

Cada vez mais, o continente africano chama a atenção de empresas brasileiras que buscam oportunidades de investimento no agronegócio. A África do Sul possui características que a diferem dos outros países do continente. Fazendo uso de técnicas de produção agrícola modernas, o país consegue abastecer plenamente seu mercado interno e ainda gerar excedentes exportáveis de vários produtos. A colonização afrikaner deu ao país uma estruturação invejável do agronegócio em cooperativas, associações de classe e empresas rurais, com agricultores competentes e dedicados, inclusive com uma tradição de 350 anos na produção de vinhos de qualidade, um dos orgulhos nacionais.

A ***Agroanalysis*** apresenta o caderno especial sobre a pecuária sustentável. Apesar de gerar emprego e renda nos quatro cantos do planeta, a bovinocultura de corte recebe muitas críticas, devido à sua baixa contribuição social e econômica, em razão do baixo aproveitamento dos recursos naturais empregados na produção. Uma das opções para mitigar os impactos ambientais consiste na intensificação da produção, através da melhoria da qualidade do alimento fornecido aos animais.

O XXV Fórum Abag tratou do tema da Agronomia na Produção de Alimentos e Energia. No epicentro das discussões, esteve a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação na agropecuária tropical, que precisa expandir a sua produção para atender a crescente demanda mundial. Apesar de estar em estágio embrionário no País, planejar a ocupação e o uso do solo são indispensáveis para o Brasil cumprir essa missão. ■

Veto do Código Florestal

A batalha entre Executivo e Legislativo em torno do novo Código Florestal ganhou mais um capítulo no último dia 18 de outubro, com o veto da presidente Dilma de nove pontos das modificações que o Congresso havia feito na MP 571.

As principais implicações dos vetos foram:

- fica restaurada a progressividade entre tamanho da propriedade e obrigação de recomposição de florestas e APPs (volta a "escadinha" da MP);
- é reduzida a flexibilidade em relação à Reserva Legal: volta a não ser permitido contabilizar as áreas de APP no cálculo da Reserva Legal;
- é vetada a recomposição das APPs apenas com árvores frutíferas, permitindo-se o plantio intercalado entre espécies nativas e exóticas, com a proporção máxima de 50% de exóticas;
- fica vetada a recomposição de apenas 5 metros das margens nas APPs de cursos d'água intermitentes com largura de até 2 metros.

Logo após os vetos, alguns deputados ligados tanto ao setor rural, quanto às instituições ambientalistas manifestaram a intenção de voltar a enfrentar o Governo, podendo inclusive levar a disputa para o STF. Mas também vieram a público posições mais brandas, como a declaração da senadora Katia Abreu, ressaltando a necessidade de concessões em busca de um marco regulatório que traga segurança jurídica ao produtor rural.

Nas próximas edições, a ***Agroanalysis*** trará uma análise completa sobre essa questão.

AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

Publicação mensal de agronegócio e economia agrícola do Centro de Agronegócio da Fundação Getulio Vargas.
Conselho editorial: Luiz Carlos Corrêa Carvalho, Ivan Wedekin, Luis Carlos Guedes Pinto, Luiz Guilherme Schymura de Oliveira, Roberto Rodrigues e Yoshiaki Nakano
Editor-chefe: Antônio Carlos Kfouri Aidar
Editor executivo: Luiz Antonio Pinazza
Colaboradores: Bruno Benzaquen Perosa e Felippe Cauê Serigati
Fundadores: Julian M. Chacel e Paulo Rabello de Castro
Redação
Redator: Paulo Roque
Capa: Maria João Macedo
Arte: Alexandre Monteiro
Revisão: Alexandre Sobreiro
Fotos: iStockphoto e Stock.xchng
Secretaria e administração: Viviane de Carvalho
Produção editorial – coordenador: Evandro Jacóia Faulin
Publicidade/Contato Comercial: Viviane de Carvalho - Tel.: (11) 3799-4104, e-mail: viviane.carvalho@fgv.br
Circulação/assinaturas: Evandro Jacóia Faulin e Viviane de Carvalho
Outros Estados: 0800.770.8881. Ligações de São Paulo: Tel.: 3799-4104, Fax: (11) 3262-3569, e-mail: contato@agroanalysis.com.br
Ponto de venda: São Paulo: Av. Paulista, 1.294, 15º andar, Tel.: (11) 3799-4104, Fax: (11) 3262-3569
www.fgv.br/agroanalysis

FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS

Instituição de caráter técnico-científico, educativo e filantrópico, criada em 20 de dezembro de 1944, como pessoa jurídica de direito privado, tem por finalidade atuar no âmbito das Ciências Sociais, particularmente Economia e Administração, bem como contribuir para a proteção ambiental e o desenvolvimento sustentável.
Sede: Praia de Botafogo, 190, Rio de Janeiro - RJ, CEP 22253-900 ou Caixa Postal 62.591 - CEP 22257-970, Tel.: (21) 2559 6000, www.fgv.br
Primeiro Presidente e Fundador: Luiz Simões Lopes
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella
Conselho Diretor
Presidente: Carlos Ivan Simonsen Leal
Vice-presidentes: Francisco Oswaldo Neves Dornelles, Marcos Cintra Cavalcanti de Albuquerque, Sergio Franklin Quintella
Vogais: Armando Klabin, Carlos Alberto Pires de Carvalho e Albuquerque, Ernane Galvêas, José Luiz Miranda, Lindolpho de Carvalho Dias, Manoel Pio Corrêa Jr., Marcílio Marques Moreira, Roberto Paulo Cezar de Andrade
Suplentes: Antonio Monteiro de Castro Filho, Cristiano Buarque Franco Neto, Eduardo Baptista Vianna, Gilberto Duarte Prado, Jacob Palis Júnior, José Ermírio de Moraes Neto, José Júlio de Almeida Senna, Marcelo José Basílio de Souza Marinho, Mauricio Matos Peixoto
Conselho Curador
Presidente: Carlos Alberto Lenz César Protásio
Vice-presidente: João Alfredo Dias Lins (Klabin Irmãos & Cia.)
Vogais: Alexandre Koch Torres de Assis, Angélica Moreira da Silva (Federação Brasileira de Bancos), Ary Oswaldo Mattos Filho, Carlos Moacyr Gomes de Almeida, Dante Letti (Souza Cruz S.A.), Edmundo Penna Barbosa da Silva, Heitor Chagas de Oliveira, Jaques Wagner (Estado da Bahia), Luiz Chor (Chozil Engenharia Ltda.), Marcelo Serfaty, Marcio João de Andrade Fortes, Pedro Henrique Mariani Bittencourt (Banco BBM S.A.), Raquel Ferreira (Publicis Brasil Comunicação Ltda.), Raul Calfat (Votorantim Participações S.A.), Rodrigo Valnísio Pires de Azevedo (IRB-Brasil Resseguros S.A.), Ronaldo Vilela (Sindicato das Empresas de Seguros Privados, de Previdência Complementar e de Capitalização nos Estados do Rio de Janeiro e do Espírito Santo), Sandoval Carneiro Junior, Sérgio Ribeiro da Costa Werlang
Suplentes: Aldo Floris (Brookfield Brasil Ltda.), José Carlos Schmidt Murta Ribeiro, Murilo Pinto de Oliveira Ferreira (Vale S.A.), Luiz Roberto Nascimento Silva, Manoel Fernando Thompson Motta Filho, Nilson Teixeira (Banco de Investimentos Crédit Suisse S.A.), Olavo Monteiro de Carvalho (Monteiro Aranha Participações S.A.), Patrick de Larragoiti Lucas (Sul América Companhia Nacional de Seguros), Rui Barreto (Café Solúvel Brasília S.A.), Sergio Lins Andrade (Andrade Gutierrez S.A.), Victório Carlos de Marchi
Diretor da FGV-EESP: Yoshiaki Nakano
Diretor Executivo da FGV Projetos: Cesar Cunha Campos
Diretor da FGV-IBRE: Luiz Guilherme Schymura de Oliveira
Diretor da FGV-SP: Prof. Francisco S. Mazzucca
Diretor da FGV-EAESP: Maria Tereza Leme Fleury

AGROANALYSIS
A REVISTA DE AGRONEGÓCIOS DA FGV

Acesse o *site*
www.fgv.br/agroanalysis
ou ligue
0800 770 88 81
e assine
a publicação que
melhor acompanha
o agronegócio





Abre Aspas

6 Luiz Antonio Fayet

9 Macroeconomia
10 Agrodrops
13 Frases e comentários

Mercado & Negócios

14 Economia mundial
16 África do Sul
18 Cooperação Brasil – África
21 Alimento
22 BM&FBOVESPA
23 Soja

Especial Pecuária

27 Pecuária Sustentável

Fórum ABAG

38 XXV Fórum Abag

Especial ANDEF

43 Pesquisa e desenvolvimento

44 Diário de bordo
45 Produzir
46 Opinião

47 Serviço ao agronegócio

Mercado & Negócios



23 Soja

Especial Pecuária



27 Pecuária Sustentável

Fórum ABAG



38 XXV Fórum Abag

Luiz Antonio Fayet
Membro da Câmara de Infraestrutura e Logística do Ministério da Agricultura

O mais grave é o apagão portuário

Por Paulo Roque

FAYET É, também, consultor para Logística e Infraestrutura da CNA e membro do Conselho da Autoridade Portuária de Paranaguá, representando a AEB (Associação do Comércio Exterior do Brasil). Aqui, ele fala sobre os problemas de infraestrutura que colocam o escoamento da produção agropecuária como o grande gargalo do agronegócio brasileiro.

AGROANALYSIS **O agronegócio sente o apagão logístico para importar insumos e exportar produtos. A próxima safra 2012/2013 pode chegar a 180 milhões de toneladas de grãos. Temos projetos?**

LUIZ ANTONIO FAYET No Brasil, o agronegócio nasceu e se desenvolveu no Sul do País. Mas, com a ocupação de praticamente todas as áreas disponíveis localmente, migrou para o Centro-Norte/Nordeste e o Centro-Oeste, alterando a geografia da produção. Com isso, passou a ocupar regiões desprovidas de infraestrutura terrestre adequada e sem capacidades portuárias para consolidar os novos corredores, deixando-se de considerar o potencial hidroviário com vistas a reduzir os custos de exportação. Assim, o problema mais grave é o Apagão Portuário. Não escoamos nossa produção pelas rotas mais racionais, que seriam as do chamado Arco Norte – portos de São Luís, Belém, Macapá, Santarém e Itacoatiara. Nossa produção rola rumo aos portos do Sul e do Sudeste.

Quando conseguirmos escoar pelo Arco Norte, os produtores vão ter uma redução entre 500 e 1000 quilômetros no que se refere ao transporte terrestre. À medida que o agronegócio foi subindo para as novas fronteiras, os custos logísticos da porteira do produtor até um porto de embarque para exportar foram encarecendo. Hoje, equivalem a quatro vezes mais que os custos argentinos e norte-americanos.

AGROANALYSIS **Falta infraestrutura?**

LAF A razão fundamental é exatamente a falta de infraestrutura. Se houvesse uma racionalização nesses custos, poderíamos botar no bolso de um produtor de soja ou de milho dessas áreas uns R$ 4,00 a mais por saco. No Arco Norte, temos duas rotas essenciais – a do porto de Itaqui/São Luís e outra, que é a do sistema Rio Madeira/Baixo Tapajós/Amazonas –, que alimentarão os embarcadouros de Belém, Macapá, Santarém e Itacoatiara, complementada pelo Tocantins, que só se destinará a Belém.



> “Não escoamos nossa produção pelas rotas mais racionais”

Algumas coisas começaram a andar bem. O terminal de grãos do porto de São Luís (Tegram) está em construção, devendo atingir, paulatinamente, uma capacidade total de exportação na ordem de 15 milhões t/ano até 2020, e a malha que o abastece é ampla e está sendo melhorada, embora a rodoviária hoje seja precaríssima.

Entretanto, este será o grande terminal da ferrovia Norte Sul/Carajás, atualmente em operação desde Palmas. Quanto à navegação do Tocantins, ainda existem muitas restrições, porque a única eclusa que existe é a de Tucuruí. Dessa forma, dependerá de investimentos de vários bilhões de reais em derrocamentos e mais duas grandes barragens – Estreito e Lajeado. O DNIT tenta recuperar o tempo perdido, para definir o plano de ação. Finaliza os termos para contratação do EVTEA (Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental), sem o qual não será possível tomar as providências executivas.

A outra rota, Cuiabá/Santarém, até o fim de 2013, estará asfaltada quase que integralmente até Santarém. Contudo, uns 200 km antes, existe um pequeno porto, Miritituba, na margem direita do rio Tapajós, que vai permitir que a soja e o milho sejam embarcados em barcaças e desçam o Tapajós para abastecer o sistema portuário de Belém e de Macapá.

AGROANALYSIS Tivemos o Programa de Aceleração de Crescimento (PAC). Agora, o Governo anuncia a Empresa de Planejamento e Logística (EPL). A mudança é para valer?

LAF Havia uma pressão muito grande por essa solução. O Governo está atacando o problema na raiz, pois o planejamento logístico está totalmente desarticulado. É fundamental colocar ordem na casa.

O conjunto de medidas anunciadas para rodovias e ferrovias está exatamente na linha do preconizado pela Câmara de Logística do Ministério da Agricultura (CTLOG). Ela é uma das câmaras assessoras do Ministro, em que estão representadas cerca de sessenta instituições, entre públicas e privadas. Esse "conselhão" estuda os problemas e encaminha sugestões técnicas. É um trabalho formidável.

Como exemplo, há anos, trabalhamos junto à ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres), o Ministério dos Transportes e a própria ANTF (Associação Nacional dos Transportes Ferroviários), para a reestruturação do setor ferroviário.

As recentes audiências públicas, abertas pela ANTT, trazem esperanças, pois pretendem rever o desperdício de capital social básico dos trechos desprezados, garantir direitos aos usuários e criar uma cunha na ação monopolística das concessionárias, abrindo oportunidades para operações de transportadores independentes.

As propostas foram lançadas, consagradas no recente pacote, mas sua implantação exige cautela no reequilíbrio das relações. Acredito que, agora, caminham para a busca desse ajuste entre os interesses de usuários e de concessionários.

No segmento rodoviário, que, aliás, foi pioneiro, o trabalho repetiu-se e tenderá a uma revolução. Para as características brasileiras, o transporte rodoviário, fundamental, é um modal de múltiplo uso e competitivo, no qual a liberdade de iniciativa e a livre concorrência dominam as relações. É democrático.

A nova modelagem de pedágios, em vigor desde 2008, tenderá a acomodar a falta de recursos públicos para construção da infraestrutura e o valor a ser cobrado dos usuários. Tal modelagem, associada às melhorias das condições macroeconômicas do País, permitiu que as novas tarifas situem-se num patamar de aproximadamente um quarto por quilômetro rodado em relação às antigas concessões. Também se abriu um caminho, mas há muito por fazer.

AGROANALYSIS E o setor portuário?

LAF O setor portuário é o mais crítico. Vivemos um apagão. Ele sofreu uma transformação admirável em 1993, com a aprovação da lei 8630, a de Modernização dos Portos, mas os governos não deram continuidade ao processo de aprimoramento. Em 2008, o presidente da República baixou um decreto, o 6620, criando uma instabilidade jurídica terrível e praticamente paralisando os investimentos privados. Os interesses hoje instalados fazem uma pressão brutal para que não aconteça a privatização real dos terminais portuários. A senadora Kátia Abreu, presidente da CNA (Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária) tem um projeto de lei, o 118, que visa eliminar essa inexplicável instabilidade jurídica, pois jamais um decreto poderia contrariar sua lei básica. A política portuária criou dois tipos de terminais, os públicos e os privativos. Os privativos foram classificados em duas categorias, a de uso exclusivo e a de uso misto. O exclusivo é para cargas próprias e o misto para cargas próprias e de terceiros e nada mais. Esse decreto de 2008 determinou níveis de exigências na carga própria que não estão na Lei e nem têm sentido serem exigidos. Mas, tais problemas não são visíveis para a população. Até os produtores rurais não enxergam muito isso. Como tem esse estatuto da carga própria para os terminais privativos, os *traiders* muitas vezes alegam para os produtores que, se a carga não for deles, não poderá passar no seu terminal, obrigando o produtor a vender antes. Tira-se dos produtores o poder negocial de vender a futuro.

AGROANALYSIS Vamos aproveitar a liquidez internacional para atrair investimentos de infraestrutura no Brasil?

LAF Sim. Quem tem dinheiro está desesperado para colocá-lo onde exista segurança. Poucos lugares do mundo

oferecem esta segurança. Ela está aqui, no Brasil, no agronegócio. O mundo não pode parar de comer e, como somos e seremos cada vez mais dominadores desse mercado, representamos uma oportunidade concreta para quem tem dinheiro. O dinheiro do mundo corre para cá, porque o Brasil é um país com perspectivas. Não é um dinheiro especulativo, é um dinheiro trabalhador, é um dinheiro para produzir infraestrutura. Com as recentes sinalizações do Governo, podemos ter certeza de que, havendo estabilidade jurídico-institucional, não faltará dinheiro para fazer uma revolução na infraestrutura.

AGROANALYSIS A navegação de cabotagem no Brasil não oferece competitividade. É mais barato levar produtos para Xangai do que a Recife. Por quê?

LAF "Cabotagem" é o nome que se dá à navegação entre portos de um mesmo país, não interessa a distância. Para a de "longo curso", também não interessa a distância; é entre portos de países diferentes. Ela é regulada pela IMO, uma agência marítima internacional, pertencente à ONU. Já a cabotagem é uma coisa própria, daí as dificuldades que encontramos. Quando o presidente Juscelino Kubitschek estabeleceu seu Plano de Metas e se fez uma programação da expansão da indústria naval, na mesma legislação, foi colocada a navegação de cabotagem. Só que isso foi há sessenta anos: o mundo mudou e há muito essa legislação deveria ter sido submetida a uma modernização. Precisamos separar estímulo de cada uma delas.

Nosso país é muito grande, tem fortes interesses na plataforma marítima e não pode ficar sem uma poderosa estrutura de navegação e de construção naval, mas as legislações e os estímulos devem ser estruturados de forma a não as tornar antieconômicas.

Se tivéssemos, hoje, custos de cabotagem semelhantes ao de longo curso, só o agronegócio tiraria das estradas cerca de 5 milhões de toneladas de carga.

Tenho a impressão de que, se o Governo continuar atuando na linha de modernização recém-lançada, acontecerá uma revolução na logística e, principalmente, no segmento de cabotagem. No Brasil, há vinte anos, a cabotagem era muito maior do que é hoje. O país multiplicou e a cabotagem diminuiu. Num estudo de alguns anos atrás, os fretes Paranaguá/Recife eram semelhantes a Paranaguá/Xangai. Por si só, isso demonstra que alguma coisa ou muita coisa está errada. Eu vejo o Governo fazendo esforços, e, mesmo enfrentando resistência, acho que vai continuar nessa linha.

AGROANALYSIS O movimento asiacêntrico deve mobilizar as exportações nacionais?

LAF Sem dúvida alguma. China e Índia juntas têm perto de um bilhão de pessoas na condição de subconsumo alimentar. É obvio: há uma grande pressão social e, por isso, vão tentar melhorar os seus padrões de vida.

Dada a escassez de terras cultiváveis naqueles países, os benefícios vão irradiar-se para cá. O Brasil, fatalmente, será o supridor da fatia maior desse mercado. Hoje, 60% da soja vão para a Ásia. A China, que praticamente não tem mais nem metro quadrado para ocupar, vai ter que adotar uma lógica, aumentar a riqueza por metro quadrado. Isso significa que mudará alguns modelos de produção. Por exemplo, no setor rural, dará prioridade aos criatórios, pois não poderá ampliar as lavouras. Como solução, importará mais comida para alimentar os seus rebanhos. Isso, para nós, particularmente para o segmento de milho e também da soja, vai ser uma explosão. Esse movimento fatalmente vai nos beneficiar. Existem algumas pessoas que têm conhecimento meramente teórico da economia, não sabem o que é processo produtivo, cadeia produtiva. Consideram que exportar soja ou milho é uma coisa primária, insignificante. Mas, ao contrário, essas cadeias são muito complexas, altamente sofisticadas, especialmente por lidar com organismos vivos. Assim, por trás de um singelo grão de milho, há uma mobilização incrível na economia e na tecnologia. Temos terras e nossos produtores estão num dos melhores padrões do mundo. O agronegócio é, disparado, a maior fábrica de mercado interno que existe, o sustentáculo da balança comercial, uma máquina de distribuição de renda e do desenvolvimento social brasileiro. ■



"O dinheiro do mundo corre para cá"

Macroeconomia

Testando os limites da política monetária

Rogério Mori*

NÃO HÁ como negar que a decisão do Comitê de Política Monetária (Copom) do Banco Central (BC) gerou uma certa surpresa ao reduzir a meta da taxa básica de juros – Selic – para 7,25% a.a. na reunião realizada em outubro, representando o menor patamar desde a implementação do real, em 1994.

De fato, os economistas estavam divididos quanto à decisão que o BC iria tomar. O cenário de inflação permanece pressionado. Nesse contexto, vale lembrar que a inflação em doze meses medida pelo IPCA permanece acima da meta de 4,5% e parece dar poucos sinais de uma convergência mais concreta para o centro estabelecido. Sob essa perspectiva, o IPCA de setembro, que registrou variação de 0,57% e levou a inflação acumulada em doze meses para 5,3%, apenas embutiu mais preocupações nessa trajetória. As projeções para o IPCA em 2012 já subiram para próximo a 5,5% recentemente e devem continuar subindo caso as pressões oriundas dos preços de alimentos se mantenham. Esse quadro, em uma conjuntura normal em um regime de metas para inflação, sugere que a política monetária deveria estar atuando no sentido contrário, ou seja, a meta da Selic deveria subir e não cair.

No entanto, não estamos em uma conjuntura normal atualmente. Mesmo com todo processo de flexibilização da política monetária iniciado no segundo semestre do ano passado e com todos os incentivos fiscais, a economia brasileira ainda anda a ritmo lento. Sob essa perspectiva, as projeções do crescimento do PIB brasileiro para este ano apontam para algo em torno de 1,5%. A produção industrial brasileira deverá registrar queda em 2012 relativamente ao ano passado e as vendas em vários setores permanecem estagnadas. Por enquanto, a taxa de desemprego brasileira parece ter permanecido em patamar relativamente baixo, mas essa situação não se sustentará caso nossa economia permaneça nesse ritmo.

Nesse contexto, vale ressaltar que ocorreram mudanças consideráveis na economia brasileira nos últimos anos. Talvez uma das mais marcantes tenha sido o acelerado processo de endividamento das famílias nesse período, sem que a renda das mesmas crescesse na mesma velocidade. Adicione-se a isso o fato de que o comprometimento de renda das famílias com outros serviços cresceu nesse período também. Isso significa que a resposta do consumo das famílias a reduções na taxa de juros tende a ser mais lenta atualmente em relação ao que ocorria alguns anos atrás.

Isso significa que o Banco Central convive, nos dias de hoje, com um dilema de difícil solução. De um lado, a inflação brasileira segue pressionada e acima da meta estabelecida de 4,5%. Por outro lado, nossa economia segue patinando e com desempenho muito abaixo do esperado neste ano. O próprio resultado da reunião, que teve uma divisão nos votos dos membros do Copom, reflete esse dilema.

De qualquer forma, é de se esperar que ocorra alguma reação da economia brasileira nos próximos meses. Tudo indica que o PIB, em 2013, deverá crescer mais do que o verificado neste ano. Claramente, os próximos indicadores relativos à atividade econômica a serem divulgados nos próximos meses ditarão essa dinâmica.

O que fica claro, no entanto, é que o ciclo de redução da taxa Selic encerrou-se nessa reunião. Ou seja, não se deve esperar novos cortes daqui até o final do ano. As preocupações, porém, remetem ao cenário de inflação. Caso não tenhamos sinais concretos de convergência da inflação para o centro da meta em alguns meses, é possível que o BC venha a apertar a política monetária, subindo a meta da taxa Selic.

Esse cenário, potencialmente, agravaria a questão cambial: uma elevação da taxa de juros brasileira, neste momento, apenas atrairia mais recursos externos para o País, direcionados para a renda fixa, pressionando ainda mais para baixo a cotação do dólar norte-americano. No entanto, esse cenário ainda não surge como o principal do ponto de vista dos economistas, que apostam ainda em uma taxa de juros brasileira relativamente baixa em 2013. ■

*Professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getulio Vargas

Por Paulo Roque
Correspondências para esta seção devem ser enviadas para o e-mail: psroque@uol.com.br

APREENSÃO DE DEFENSIVOS ILEGAIS

Entre os meses de janeiro e setembro, a Polícia Federal, em ações conjuntas com polícias estaduais e órgãos do governo federal, apreendeu 13 toneladas de defensivos agrícolas ilegais no País. Cerca de cento e dez pessoas foram detidas nas principais regiões agrícolas brasileiras e devem responder pelos crimes de contrabando, sonegação fiscal e crime ambiental. A informação é do Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Defesa Agrícola, destacando que a campanha nacional contra os defensivos ilegais mantém um serviço Disque-denúncia – 0800-940-7030.

CERTIFICAÇÃO AGILIZA COMÉRCIO INTERNACIONAL

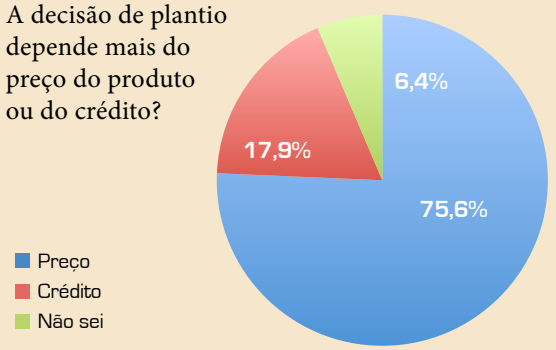
Representações governamentais de mais de cem países participam, entre os dias 19 e 22 de novembro, em Vitória, do 2º Workshop Internacional de Certificação Eletrônica. O evento, realizado pelo Mapa, com apoio da FAO, servirá para ampliar as discussões sobre o uso da Certificação Eletrônica, especialmente quanto aos impactos que o atendimento dos requerimentos fitossanitários provoca no comércio internacional de vegetal e seus produtos. Espera-se dar maior agilidade às transações comerciais entre os países que fazem parte da Convenção Internacional de Proteção Vegetal da Organização das Nações Unidas para a Agricultura (CIPV/FAO).

FRUTAS ARGENTINAS, CARNE BRASILEIRA

Está liberada a importação de maçã, pera e marmelo da Argentina. Em contrapartida, será restabelecida a entrada dos diversos tipos de cortes de carnes suínas brasileiros naquele país. Nesse sentido, o governo brasileiro vem mantendo entendimento com o embaixador argentino em Brasília, Luis María Kreckler.

ENQUETE DO SITE DA AGROANALYSIS

A decisão de plantio depende mais do preço do produto ou do crédito?



AFTOSA: MAPA DIVULGA NÚMEROS DA VACINAÇÃO


SXC.HU

A luta para a erradicação da febre aftosa continua firme e, cada vez mais, os pecuaristas conscientizam-se sobre a importância da sua prevenção. A campanha nacional de vacinação contra doença imunizou 165.300.924 bovinos e bubalinos em todo o território nacional, uma cobertura de 97,85% na etapa do primeiro semestre deste ano. Os dados são do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). Atualmente, a zona livre da febre aftosa com vacinação é composta por dezesseis estados e o Distrito Federal. Santa Catarina é o único estado considerado pela Organização Mundial de Saúde Animal (OIE) como zona livre de febre aftosa sem vacinação.

PESQUISADOR PRESIDE A EMBRAPA

Pesquisador da Embrapa desde 1989, o engenheiro agrônomo Maurício Antônio Lopes assumiu a presidência da empresa estatal de pesquisa agropecuária no lugar de Pedro Antônio Arraes Pereira, que pediu exoneração do cargo ao Ministério da Agricultura no final de setembro. Lopes, especialista em Genética e melhoramento de plantas, foi líder do programa de melhoramento de milho e chefe de pesquisa e desenvolvimento da Embrapa Milho e Sorgo, em Sete Lagoas (MG), além de articulador internacional da Embrapa Recursos Genéticos e Biotecnologia, em Brasília, e chefe do Departamento de Pesquisa e Desenvolvimento da Embrapa, também na capital federal.

ROBERTO RODRIGUES RECEBE PRÊMIO DA ALIANÇA COOPERATIVA INTERNACIONAL

O ex-ministro da Agricultura, atual coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, é o homenageado deste ano no prêmio Pioneiros de Rochdale, da Aliança Cooperativa Internacional (ACI). A homenagem reconhece seu trabalho na defesa, difusão e fortalecimento da agricultura. Roberto Rodrigues foi presidente da Organização das Cooperativas Brasileiras, entre 1985 e 1991, e presidente da Aliança Cooperativa Internacional, entre 1997 e 2001.



ROOSEWELT PINHEIRO / AGÊNCIA BRASIL

COOPERSUCAR AMPLIA TERMINAL EM SANTOS

A Coopersucar pretende investir R$ 2 bilhões em logística até 2015. No momento, para atender a demanda de exportação de açúcar, está ampliando seu terminal açucareiro no Porto de Santos. O objetivo é dobrar a capacidade de embarque para 10 milhões de toneladas/ano a partir da safra 2013/2014.



COPERSUCAR.COM.BR/

ENTRAVES DO SETOR DE CELULOSE

O câmbio, a dificuldade crônica de infraestrutura, a energia cara, o sistema tributário complexo e pesado e o projeto de lei que restringe a compra de terras por empresas estrangeiras são os desafios dos fabricantes de celulose e papel no Brasil. Estes foram alguns pontos observados por especialistas e empresários durante o ABTCP 2012 – 45º Congresso e Exposição Internacional de Celulose e Papel, maior evento do setor na América Latina, promovido pela ABTCP (Associação Brasileira Técnica de Celulose e Papel), em São Paulo. A estimativa da Bracelpa (Associação Brasileira de Celulose e Papel) é de que cerca de US$ 10 bilhões a US$ 12 bilhões em recursos para o setor estão represados em razão da indefinição da questão da compra de terras por estrangeiros. Segundo a entidade, essa incerteza poderá levar o Brasil a perder competitividade no médio prazo e a deixar de atrair investimentos.

MAIS UMA SAFRA RECORDE



SXC.HU

A soja volta a impulsionar a produção brasileira de grãos (safra 2012/13), com um acréscimo na produtividade entre 13,68 milhões e 16,43 milhões de toneladas. Os números fazem parte do primeiro levantamento de intenção de plantio divulgado pela Conab. Segundo o órgão, a produção de grãos deverá ser de 182,27 milhões de toneladas, 10% a mais do que o verificado na safra 2011/12. Com relação à área, a projeção de crescimento varia entre 50,93 e 52,21 milhões de hectares. Isso significa mais uma safra recorde.

AVICULTURA LIVRE DA NEWCASTLE



SXC.HU

Em janeiro deste ano, o Chile reconheceu Minas Gerais livre da doença de Newcastle; o mesmo aconteceu, em agosto, com o Mato Grosso. No mês passado, uma comitiva norte-americana veio ao Brasil para avaliar o reconhecimento do País como livre deste mal, que ataca e provoca prejuízos à avicultura. O grupo percorreu os estados de Rondônia, Goiás, Bahia, Paraná, São Paulo e o Distrito Federal, onde visitou granjas avícolas, laboratórios, frigoríficos e escritórios do serviço veterinário oficial para saber como funciona o sistema de vigilância brasileira para a doença, que é endêmica em vários países.

NOVO CÓDIGO FLORESTAL: O DESAFIO DE PRESERVAR E PRODUZIR


DIVULGAÇÃO/OCB

Mais um passo importante foi dado na busca pelo desenvolvimento sustentável do país. Com a sanção da Lei 12.727/2012, que preenche as lacunas deixadas pelos vetos da presidente Dilma Rousseff à Lei 12.651/12 (novo Código Florestal), podemos visualizar a retomada da segurança jurídica no campo e a continuidade da produção agropecuária nacional. Isso tudo, é claro, em consonância com a preservação do meio ambiente. Não há dúvidas dos avanços que serão conquistados a partir da aplicação efetiva da nova legislação. Ela será o caminho para que os agricultores e pecuaristas brasileiros continuem produzindo e, de forma sustentável, zelando pelos recursos naturais.

Estamos falando de mais uma vitória no Ano Internacional das Cooperativas, que impactará positivamente nas atividades do setor, o qual tem uma participação expressiva na produção agropecuária do país. Cerca de 50% de tudo que é produzido internamente passa, de alguma maneira, por uma cooperativa, e hoje elas somam 1.523 organizações, com 1 milhão de associados, gerando praticamente 156 mil empregos diretos. Representando o movimento, o Sistema OCB participou ativamente de todo o processo de discussão e tramitação da matéria no Congresso Nacional. O próximo passo será orientar as cooperativas na implementação do novo marco legal.

Márcio Lopes de Freitas, presidente do Sistema OCB

SistemaOCB
CNCOOP - OCB - SESCOOP

MEDIDA PROVISÓRIA (MPV) Nº 582/2012

TRANSPORTE

Tramita no Congresso Nacional a Medida Provisória (MPV) nº 582/2012, que, dentre outros temas, atende um importante pleito do cooperativismo brasileiro. Trata-se da redução da base de cálculo do imposto de renda dos transportadores autônomos para 10% da receita bruta do serviço de transporte de cargas, a partir de janeiro de 2013. Atualmente, o imposto é calculado sobre um percentual de 40%. De acordo com o superintendente da OCB, Renato Nobile, "uma carga tributária menor impacta na redução do custo do frete e, consequentemente, no preço da produção e do consumo".

Para garantir a manutenção da proposta enviada pelo Poder Executivo, o Sistema OCB já está mobilizado e atuará em todas as fases de tramitação da MPV. Isso porque, com o novo rito de tramitação das Medidas Provisórias, torna-se praticamente inviável realizar qualquer alteração no texto da proposta após a aprovação do parecer da Comissão Mista. Dessa forma, a análise do texto inicial e das emendas, bem como a definição de ações propositivas, deverá ocorrer antes da análise dos plenários da Câmara e do Senado.

OS PRINCIPAIS RESULTADOS DO MÊS



O Sistema OCB comemora, neste mês, importantes conquistas na Câmara dos Deputados. Na Comissão de Minas e Energia, foi aprovado o PL 6.327/2009, que "dispõe sobre a isenção do pagamento da Taxa Anual por Hectare (TAH) pelas cooperativas de garimpeiros em operação no País". O projeto, que integra a Agenda Legislativa 2012, beneficia o setor mineral, já que o pagamento da TAH representa um custo muito alto para a realização do trabalho dos associados, colocando-os em desvantagem no mercado. A proposta deve ser analisada ainda pela Comissão de Finanças e Tributação (CFT) e pela Comissão de Constituição, Justiça e de Cidadania (CCJC) antes de seguir para o Senado Federal.

Já a Comissão de Seguridade Social e Família (CSSF) aprovou um substitutivo ao PL 174/2011, que institui o Plano Nacional de Abastecimento de Hortigranjeiros (PLANHORT). O Sistema OCB apoia o texto aprovado, que assegura a finalidade do projeto de promover o desenvolvimento integrado da produção, comercialização e consumo de hortifrutigranjeiros.

"A indicação (de Lopes) agrada, porque mantém na direção da Embrapa um pesquisador científico, assim como eram os presidentes anteriores, e afasta a tensão gerada por uma nomeação política para a entidade."

CESÁRIO RAMALHO DA SILVA, presidente da Sociedade Rural Brasileira (SRB)

"Com a prática da pirataria, corre-se o risco de abortar grandes projetos dentro do País. Ou seja, por não haver controle do processo produtivo, haverá uma desmotivação dos parceiros e das instituições de pesquisa, gerando um efeito cascata avassalador."

MARCOS ROVERI JOSÉ, diretor executivo da Unipasto, referindo-se à pirataria de sementes de forrageiras no Brasil, em matéria no Portal Dia de Campo

"A Engenharia Agronômica é a profissão do hoje, do Brasil que tem vocação para o agro."

JOSÉ OTAVIO MENTEN, presidente do CCAS (Conselho Científico para Agricultura Sustentável)

"O homem que não tiver uma ligação mística com a terra não pode se tornar agricultor."

ADOLPHO BLOCH, gráfico e empresário (in memorian)

"Vivemos um momento crítico e que só não tem sido ainda mais impactante graças aos esforços conjuntos e à união da cadeia produtiva."

FRANCISCO TURRA, presidente da Ubabef (União Brasileira de Avicultura), sobre o cenário enfrentado pelo setor avícola nacional em 2012, no 1º Seminário Regional de Avicultura do Oeste do Paraná, em Toledo (PR)

"O que fizermos terá um impacto enorme."

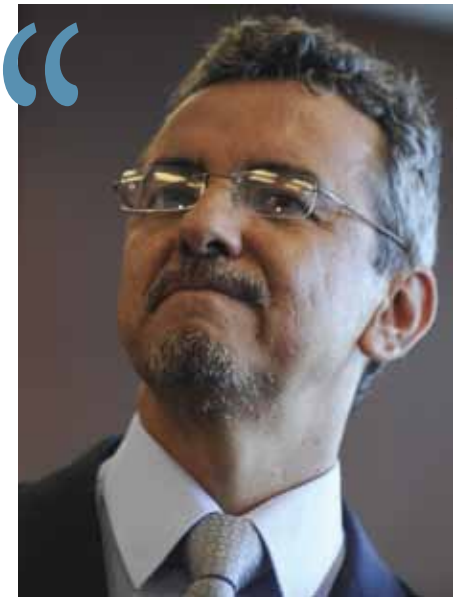
AL GORE, ex-vice-presidente dos Estados Unidos e Nobel da Paz, sobre responsabilidade que Brasil e Estados Unidos carregam por serem os maiores produtores de alimentos do mundo, durante palestra sobre os impactos que o homem vem causando ao meio ambiente e sobre o aquecimento global, no Global Agribusiness Forum

"Apesar do número de interessados no assunto ambiente, o Brasil ainda engatinha quando se trata de Pagamento por Serviços Ambientais (PSA)."

CIRO A. ROSOLEM, professor da FCA/Unesp, membro do CCAS (Conselho Científico para a Agricultura Sustentável)

"O potencial é ótimo, mas precisa de investimentos."

LAWRENCE SUMMERS, ex-secretário do Tesouro dos Estados Unidos, referindo-se à condição do Brasil ocupar um lugar estratégico na produção de alimentos para atender a demanda mundial no futuro, em painel realizado no Global Agribusiness Forum, em São Paulo



FABIO RODRIGUES POZZEBOM/ABR

A orientação do ministro foi clara quanto à atuação internacional da Embrapa, de que devemos intensificá-la."

MAURÍCIO LOPES, em sua primeira coletiva à imprensa como novo presidente da Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária)

"A demanda por alimentos e energia mostra-se maior que a nossa capacidade em ofertar. Por isso, os profissionais do agronegócio têm essa responsabilidade de garantir produção efetiva, preços menos impactantes e equilíbrio em todas as cadeias."

LUIZ CARLOS CORRÊA CARVALHO, presidente da Abag (Associação Brasileira do Agronegócio), na abertura do XXV Fórum Abag, realizado na Esalq (Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz), Piracicaba (SP)

Economia mundial

China e o novo arranjo mundial

Felippe Serigati*

O DESEMPENHO econômico mundial é fortemente condicionado pela dinâmica de três economias: Estados Unidos, China e União Europeia. Quem quiser entender o que acontecerá com a economia internacional tem que dar especial atenção a estes três atores e a como eles se relacionam. Foi o que fez o FMI, em outubro passado, ao revisar as suas previsões de crescimento para a economia mundial. O resultado foi claro: o mundo, de forma generalizada, crescerá em 2012 menos do que o previsto no início do ano.

A economia da União Europeia deverá encolher -0,4% este ano. Itália e Espanha, com contrações, respectivamente, de -2,3% e -1,5%, serão os principais responsáveis por empurrar a média da Europa para baixo. Este desempenho deverá transbordar para os demais países da região; por exemplo, para o Reino Unido, que deverá ter uma retração de -0,4%. Os Estados Unidos devem crescer 2,2% e a China, 7,8%. Muitos analistas acreditam que o FMI foi otimista e que estes números serão ainda menores.

O baixo crescimento da economia mundial é reflexo do desgaste do arranjo anterior entre Estados Unidos, China e Europa e do processo ainda não finalizado de consolidação de um novo equilíbrio. Para entender este processo e seus principais obstáculos no momento, é necessário ter claro como o arranjo anterior funcionava.

Crescimento econômico em 2012: previsões do FMI (%)

América do Norte		**Europa**	
Estados Unidos	2,2	Alemanha	0,9
Canadá	1,9	França	0,1
América Latina		Itália	- 2,3
México	3,8	Espanha	- 1,5
Brasil	1,5	Reino Unido	- 0,4
Ásia		Rússia	3,7
Japão	2,2	**Mundo**	**3,3**
China	7,8		
Índia	4,9		

Fontes: FMI

O arranjo econômico mundial de 2000 a 2007

A principal razão pela qual o mundo cresceu a uma taxa média de 4,2% a.a., entre 2000 e 2007, foi a existência de uma relação complementar entre as economias norte-americana e chinesa. Os Estados Unidos cresceram fortemente no período devido a:

- um longo período de baixa taxa de juros promovido pelo Allan Greenspan, ex-presidente do Federal Reserve (FED, o Banco Central dos Estados Unidos);
- um significativo corte de impostos promovidos pelo presidente Bush;
- um aumento dos gastos públicos, principalmente via gastos militares.

Se esta combinação gerou, por um lado, um grande déficit nas contas públicas dos Estados Unidos, por outro, também aqueceu a economia e os norte-americanos responderam expandindo seu consumo. Parte importante deste consumo foi atendida pelas exportações chinesas, cujo estímulo incentivou a ampliação dos investimentos e permitiu que a economia deste gigante asiático crescesse, em média, 10,5% no período. As exportações chinesas fizeram com que este país registrasse fortes superávits em sua balança comercial. Os chineses aplicaram este saldo principalmente em títulos de dívida norte-americana, o que permitia que os Estados Unidos financiassem a custos baixíssimos seus déficits, de forma que seu problema de dívida, pública e privada, parecesse não tão grave assim. Esse arranjo puxou o crescimento econômico mundial até 2008. Quando as famílias norte-americanas não puderam mais manter seu nível de consumo, o arranjo se mostrou desgastado e o mundo entrou em crise.

Todo o processo que tem sido visto de 2008 até o momento é parte de um esforço coordenado ou não para reorganizar o sistema econômico mundial. Neste novo

O abismo fiscal norte-americano

Os Estados Unidos deixaram o mundo bastante apreensivo, no final de 2011, com uma restrição legal que impedia que sua dívida pública atingisse o teto de US$ 14,3 trilhões. Caso o montante ultrapassasse este limite, o governo seria obrigado a realizar novos cortes nos gastos públicos, o que jogaria mais terra sobre o fraco crescimento norte-americano. Provavelmente, o mundo passará por um susto parecido ao final de 2012, pois, a partir de dezembro, expira o prazo de diversos incentivos fiscais concedidos desde 2008 para tentar reanimar a economia, como corte de impostos e benefícios de bem-estar social mais generosos.

Esse problema tem sido chamado pela imprensa de abismo fiscal (ou *fiscal cliff*). Se, por um lado, o fim desses incentivos fiscais pode representar um alívio nas contas públicas, atenuando o problema do déficit norte-americano; por outro, com o governo gastando menos, menor será a demanda efetiva e, por fim, menor será o ritmo de crescimento da já frágil economia dos Estados Unidos.

A solução deste problema é simples, porém não é fácil. Para renovar estes incentivos, basta um acordo entre o governo federal e o Congresso. Atualmente, os Estados Unidos são governados por um presidente democrata, o Barack Obama, porém são os republicanos que têm a maioria no Congresso. Isso significa que qualquer negociação entre estes dois poderes será muito difícil e custosa. Para piorar, os Estados Unidos estão em um processo eleitoral cujos resultados, no momento em que este artigo é escrito, ainda são completamente incertos.

arranjo, a China terá um papel cada vez mais importante. Com a União Europeia lutando para não se desfazer e os Estados Unidos crescendo ainda a taxas bastante modestas, qualquer crescimento mais robusto da economia mundial dependerá do desempenho da economia chinesa.

A delicada situação chinesa

Com a Europa em recessão e devido ao baixo crescimento e ao maior protecionismo norte-americano, a China tenta mudar o principal estímulo da sua economia, reduzindo o peso do setor externo e intensificando a participação do consumo das famílias. Até o momento, os resultados têm sido satisfatórios, porém também têm contribuído para acumular problemas e distorções cujas soluções ainda não foram propostas: como lidar com o excesso de capacidade instalada ociosa e manter simultaneamente um ritmo de expansão dos investimentos necessário para sustentar um crescimento de 7% a.a.? De forma semelhante, como contornar uma bolha imobiliária que persistentemente ameaça estourar e, ao mesmo tempo, aumentar o consumo das famílias?

Esses desequilíbrios têm deixado claro que crescer a 10% a.a. não é mais possível nem para os chineses; é necessário desaquecer essa economia. No entanto, ela não pode desaquecer de forma muito intensa, pois poderia causar instabilidade política e lançar o restante do mundo em uma nova rodada de recessão. Na verdade, a economia chinesa já vem sentindo os impactos vindos dos Estados Unidos e da Europa e seu ritmo de crescimento tem sido menor.

Para evitar uma desaceleração mais forte, o governo chinês já adotou diversas medidas:

- redução das alíquotas do depósito compulsório dos bancos, forçando a liberação de recursos para empréstimos ao setor privado;
- aprovação acelerada dos projetos de investimentos, principalmente em siderurgia, bem como aumentou os gastos com saúde, saneamento básico e previdência social;
- concessão de subsídios aos setores de eletrodomésticos e de automóveis para incentivar o consumo e dar novo estímulo ao setor industrial;
- mudança na matriz energética, com incentivos para os setores de energias limpas, em especial hidrelétrica e solar, porém também para a produção de energia nuclear.

Todas essas soluções esbarram no mesmo problema: a China já parece operar com elevados níveis de capacidade instalada ociosa, as empresas estatais estão cada vez mais dependentes dos subsídios para operarem sem prejuízo e a taxa de lucro de diversos setores está em queda. Os incentivos para as empresas privadas investirem são cada vez menores e isso pode ser observado no ritmo de concessões de novos empréstimos.

Grandes bancos chineses registraram alta de até 80% no volume de atrasos no pagamento de empréstimos, o que aumentou a possibilidade de que cresça a fração de créditos podres no balanço deles. O governo chinês já reduziu as taxas de juros pelo menos duas vezes e os bancos responderam ofertando mais crédito, porém poucas empresas contraíram esses financiamentos.

A atividade industrial, o varejo e o comércio exterior apresentaram desaceleração no terceiro trimestre. Quanto ao comércio exterior, é o sétimo semestre consecutivo de desaceleração. Esse quadro afeta diretamente o saldo da balança comercial brasileira, pois a China é o destino de 70% das exportações do complexo de soja, 50% dos embarques de minério de ferro e o destino de 20% do nosso petróleo bruto. Enfim, a China é responsável por mais da metade do superávit que o Brasil tem em sua balança comercial.

Esse quadro ajuda a explicar porque, se confirmadas as previsões do FMI, o Brasil deverá ser um dos países com menor crescimento (1,5%), atrás do Japão (2,2%), Canadá (1,9%), México (3,8%) e África do Sul (2,6%). Por fim, é importante deixar claro que o setor externo não é único responsável pela queda do ritmo de atividade brasileiro; também há sérias restrições internas. ■

*Doutorando em economia pela FGV/EESP e pesquisador visitante da UC Berkeley (felippeserigati@gmail.com)

África do Sul

Agricultura moderna e eficiente

Gilmar Paulo Henz*
Carolina H. von der Weid**

A PRIMEIRA informação que brasileiros interessados em fazer negócios com a África do Sul precisam internalizar é que não se deve confundir o país austral com o resto do continente. De fato, tudo aqui é distinto, da geografia e clima até a composição étnica. Esta observação não é resultado de um sentimento nacionalista ou de orgulho patriótico dos sul-africanos, mas uma realidade visível a turistas recém-chegados ou vivenciada diariamente pelos estrangeiros residentes.

A infraestrutura é moderna, com aeroportos, rodovias, portos, inclusive contando com um trem de alta velocidade ligando o aeroporto O.R. Tambo a Joanesburgo e Pretória. As cidades, limpas e bem cuidadas, com shoppings, amplas avenidas e grande oferta de serviços, dão um ar distinto à África do Sul em comparação aos países vizinhos. Ao mesmo tempo, na periferia das grandes cidades e no meio das zonas rurais, existem favelas, com barracos de zinco, frutos da desigualdade social.

Esta breve introdução serve para situar a África do Sul em um momento delicado da economia mundial, com redução na demanda por minérios, principal item de exportação do país. Todas as discussões políticas e econômicas relevantes ainda estão centradas na questão racial,

NAMPO: o melhor da agricultura sul-africana

A exposição agropecuária NAMPO é a maior do gênero na África austral, sendo realizada anualmente no mês de maio, na província Free State, com assistência de mais de 60 mil pessoas. Em 2012, mais de 670 expositores participaram do evento, pertencentes a todos os segmentos do agronegócio, desde produtores de insumos agrícolas até a exposição de animais de raça com genética superior. Um dos destaques da exposição é o setor de máquinas e equipamentos agrícolas, com participação das principais empresas multinacionais, como John Deere, New Holland, Massey Fergunson, entre outras. Mais de doze grandes montadoras internacionais fabricantes de caminhões e veículos 4x4 também apresentaram seus produtos no evento.

A NAMPO é similar à brasileira Agrishow, realizada anualmente em abril, em Ribeirão Preto-SP, embora com números mais modestos. Na edição de 2012, praticamente todos os segmentos da cadeia produtiva agrícola sul-africana estavam representados na NAMPO, em especial empresas produtoras de máquinas e equipamentos agrícolas. Devido à importância do cultivo de grãos no país, destacam-se as empresas de sementes multinacionais, como Monsanto, Syngenta e Pioneer, e empresas sul-africanas, como Pannar, Hygrotech e K2.

Da exposição, também participaram representantes de bancos com crédito agrícola; serviços de extensão e assistência técnica; instituições de pesquisa públicas e privadas, como o Agricultural Research Council – ARC e a Protein Research Foundation; universidades com cursos em Ciências Agrárias; associações agrícolas setoriais; empresas fornecedoras de serviços e equipamentos de tecnologia da informação voltadas para o setor agrícola. Apesar de não ser especializada na criação de animais, a exposição também contempla a exibição de animais de raça, com criadores especializados de gado, ovinos e caprinos.

Várias empresas brasileiras do setor de máquinas e equipamentos agrícolas participaram do evento nos estandes das empresas sul-africanas que revendem seus produtos localmente, como Northmec, que representa as empresas Baldan, de Matão-SP; Jacto, de Pompéia-SP; Stara, Não-Me-Toque-RS; Crop-Tech, que representa a Jumil, de Batatais-SP; Inttrac Trading, que revende produtos das empresas Knapik, Cascavel-PR, Vence Tudo, Ibirubá-RS, Bandeirante, Passo Fundo-RS, e Krupp, Araricá-RS. A empresa Kepler Weber, de Panambi-RS, do setor de secadores e silos para grãos, apresentou-se em estande próprio.

Os representantes das empresas brasileiras estão satisfeitos com as vendas de seus produtos no mercado local, que atende tanto o segmento de grandes produtores de grãos, como agricultores familiares. Ao mesmo tempo, demonstram interesse no mercado de máquinas e equipamentos agrícolas para outros países do continente africano, destacando-se a participação em missões empresariais promovidas pela APEX, como a que ocorreu em novembro de 2011, na África do Sul, Moçambique e Angola.

de mecanismos para inclusão da maioria negra. A nova constituição da África do Sul, promulgada em 1994, foi liberal em termos de abertura comercial, mas apresenta problemas em relação à legislação trabalhista e outras áreas relevantes para a economia e a sociedade. Ainda são discutidos temas polêmicos, como a nacionalização da exploração de minérios e a reforma agrária e de redistribuição de terras, um grande freio aos investimentos estrangeiros no país, inclusive com evasão de agricultores comerciais brancos para outros países.

Em termos de agricultura, a África do Sul é uma exceção no continente africano, considerando o pleno abastecimento do mercado interno e a produção de excedentes exportáveis de vários produtos, por meio de produtores comerciais que utilizam técnicas agrícolas modernas. Além disto, a colonização afrikaner deu ao país uma estruturação invejável do agronegócio em cooperativas, associações de classe e empresas rurais, com agricultores competentes e dedicados, inclusive com uma tradição de 350 anos na produção de vinhos de qualidade, um dos orgulhos nacionais.

Com o final do apartheid, a sociedade começou a discutir a questão fundiária, uma tentativa de corrigir problemas iniciados em 1903, com o "Land Act", que proibia negros de comprarem ou arrendarem terras no país. Os colonos brancos ainda detêm cerca de 80% das terras agricultáveis da África do Sul e dominam a produção das principais mercadorias agrícolas, como milho, soja e girassol, carnes, frutas e vinhos. O grande desafio atual da agricultura sul-africana é a continuidade do processo de reforma agrária e de redistribuição de terras, com incorporação de agricultores negros nos diferentes sistemas produtivos, sem afetar a produção agrícola ou comprometer a segurança alimentar e, ainda, continuar a gerar receita com as exportações. Uma árdua tarefa, sem dúvida.



SXC.HU

Entretanto, todos esses problemas não impedem que a África do Sul mostre-se como um mercado interessante para vários produtos brasileiros do agronegócio. Para que se conheça um pouco mais da agricultura sul-africana, serão apresentadas algumas informações sobre a NAMPO, a principal exposição agropecuária do país, e alguns aspectos da produção de milho, sua principal cultura agrícola.

A realização da exposição NAMPO e, principalmente, os investimentos feitos pelos produtores rurais em máquinas e equipamentos, alguns de valor alto, podem ser considerados um sinal de que os setores representativos da agricultura comercial branca sul-africana não preveem mudanças significativas a curto e médio prazo no processo de reforma agrária no país. As últimas notícias publicadas sobre o tema refletem uma preocupação governamental crescente com segurança alimentar, em particular a disponibilidade e estabilidade de preços de alimentos básicos, além do aumento das importações agrícolas pela África do Sul nos últimos anos. Por essas razões, o discurso político sobre reforma agrária no país tem tomado novos rumos, como a manutenção dos produtores comerciais brancos e o aumento da participação de produtores familiares negros na agricultura comercial. ■

Este artigo reflete a opinião do autor e não da instituição que representa.

* Adido agrícola na Embaixada do Brasil na África do Sul
** Primeira secretária na Embaixada do Brasil na África do Sul

Cooperação Brasil – África

O papel do Agronegócio

Marcos Antonio Matos[1]
Cleber Lima Guarany[2]

DIANTE DO avanço econômico dos países em desenvolvimento, novas coalizões ganharam desenvoltura nas relações internacionais e passaram a protagonizar novas formas de cooperação Sul-Sul, por meio de arranjos regionais de integração e de grupos multilaterais.

O Brasil passou a ser reconhecido como importante agente da cooperação no âmbito internacional. É nesse contexto que se iniciam os debates relacionados à política nacional de cooperação a ser adotada no Brasil, bem como as discussões sobre os atuais projetos na América Latina e África.

O País é considerado uma grande potência na produção de grãos, fibras, carnes e biocombustíveis e na geração e difusão de conhecimento e tecnologia nesse importante setor. A competitividade do agronegócio brasileiro é revelada por meio da tecnologia empregada no campo; da eficiência da produção corporativa; da organização de pequenos e médios produtores em cooperativas e associações; do sistema de crédito rural oficial; e da presença de empresas nacionais e globais de grande porte.

O agronegócio possui fundamental importância na economia brasileira, devido à participação no PIB e na balança comercial, bem como pelos empregos gerados. O agronegócio apresentou significativa evolução nos últimos anos, sendo responsável por 22,15% da geração de riquezas do País, um montante de R$ 917,654 bilhões (CEPEA, 2012).

O Brasil é um dos grandes exportadores globais de *commodities* agrícolas, como a soja, milho, café, laranja, açúcar e carnes (bovina, suína e de aves). Além da consolidada agricultura empresarial, dados da Secretaria de Agricultura Familiar (SAF) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) apontam que 70% dos alimentos que chegam à mesa dos brasileiros são provenientes da agricultura familiar.

Diante desse cenário, o agronegócio nacional apresenta sólida capacidade potencial para a expansão do conhecimento e a replicação de modelos nas políticas de cooperação internacional, considerando-se os aspectos de sustentabilidade no âmbito ambiental, social e econômico e as especificidades de cada país.

De acordo com a FAO, o mundo possui desafios em relação à produção de alimentos e de energia, especialmente devido ao incremento da renda, da urbanização e ao crescimento populacional. Tais variáveis resultam no aumento da demanda por alimento e energia, especialmente nos países em desenvolvimento. Para que todos tenham acesso aos alimentos, a oferta mundial precisará dobrar em treze anos. Diante disso, a demanda global por grãos e óleos vegetais destinados à alimentação humana e animal e à produção de energia deverá ser elevada em 1,5 bilhão de toneladas nos próximos quarenta anos. Assim, pode-se concluir que o mundo precisará produzir mais grãos e óleos vegetais nesse período do que se produziu nos últimos 10 mil anos.

O aumento na demanda por alimentos, fibras e energia se dará, principalmente, nos países em desenvolvimento. Informações preliminares indicam uma disponibilidade de 1,392 bilhão de hectares ainda não cultivados que teriam potencial de uso na agricultura, para atender a demanda mundial por alimentos. A América do Sul e a África, localizadas no *tropical belt* do globo terrestre possuem 50% (695 milhões de hectares) e 44,6% (621 milhões de hectares), respectivamente.

Aspectos macroeconômicos do continente africano

O continente africano tem apresentado relevante progresso macroeconômico, considerando-se a redução da relação dívida/PIB na última década, quando recuou de 90% para 59% do PIB, patamar inferior ao de muitos países da

Dez maiores taxas de crescimento do PIB (%)

2001 a 2010		2011 a 2015	
Angola	11,1	China	9,5
China	10,5	Índia	8,2
Myanmar	10,3	Etiópia	8,1
Nigéria	8,9	Moçambique	7,7
Etiópia	8,4	Tanzânia	7,2
Cazaquistão	8,2	Vietnã	7,2
Chade	7,9	Congo	7,0
Moçambique	7,9	Gana	7,0
Camboja	7,7	Zâmbia	6,9
Ruanda	7,6	Nigéria	6,8

Fontes: The Economist; IMF

União Europeia e da taxa média observada nos países em desenvolvimento (próximo de 100%). Somado a isso, a inflação média observada é de 8%, abaixo das da Rússia e da Índia.

Várias nações africanas figuram entre os países com maiores taxas de crescimento do PIB na ultima década. E a tendência de crescimento deve manter-se nos próximos anos.

Somado a isso, o continente africano apresenta importante oportunidade para os investidores na estruturação de projetos na área de alimentos, bioenergia e infraestrutura, considerando-se a relativa estabilidade política e econômica e a disponibilidade de recursos naturais, como terra e água.

Contudo, investidores ainda se mostram reticentes de investir em nações africanas. Apesar de ainda haver instabilidades políticas em algumas nações, estudos mostram que as condições melhoraram bastante em grande parte do continente. Alguns países têm risco-país equiparável a nações da América do Sul.

Estruturação de um Modelo de Desenvolvimento Agropecuário

A estruturação de um modelo de desenvolvimento agropecuário está alicerçada na sustentabilidade e na integração de cadeias de valor, por meio de arranjos produtivos e da inclusão social e econômica dos pequenos e médios produtores locais. A adoção de tal modelo no meio rural tem como objetivo o impulso do desenvolvimento das economias, sendo uma alternativa para a segurança alimentar, exportação de produtos elaborados e semielaborados e produção de bioenergia, considerando-se a sinergia existente nos projetos integrados, o que contribui para melhorar a renda do campo, principalmente nas regiões mais pobres do mundo.

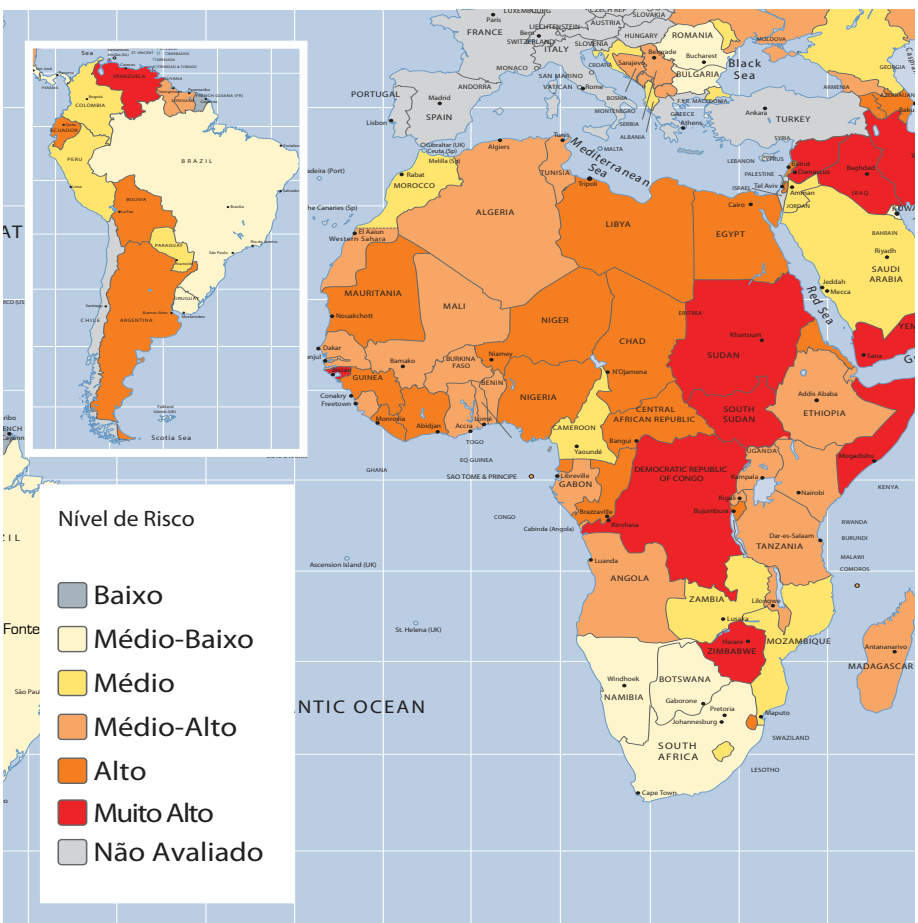
A integração de cadeias de valor, por meio dos arranjos produtivos e da inclusão de pequenos e médios produtores, permite aos respectivos países a estruturação de um modelo competitivo de produção e processamento de alimentos. Esse processo deve ser pautado pelos conceitos de sustentabilidade e investimentos em pesquisa, extensão rural, educação e capacitação da mão de obra, integração ao sistema agroindustrial e acesso aos mercados, bem como a estruturação de um sistema de crédito rural apropriado à produção familiar.

O estabelecimento de uma política em âmbito nacional de cooperação Sul-Sul, com a definição das amplitudes das ações e transparência de processos por meio da participação efetiva da sociedade, promoverá oportunidade para alavancar os projetos de cooperação e a participação de investidores brasileiros.

Brasil e África são parceiros naturais, com fortes relações históricas e culturais. Para completar essas conexões, a tecnologia brasileira no estabelecimento de um modelo agropecuário se mostra viável e adaptável a muitas das nações africanas, devido às similaridades no solo e no clima e da necessidade de ampliação da oferta de alimentos e energia. Os êxitos recentes do Brasil nos aspectos social e econômico também vêm atraindo a atenção de muitos países africanos.

Esses investimentos resultantes das cooperações beneficiarão não somente as economias dos países que receberão tais recursos, por meio das cadeias de valor envolvidas nesses setores, mas também, em uma perspectiva mais ampla, a economia global como um todo, contribuindo para erradicação da miséria e estabilidade política mundial. ■

África: Risco-país em 2012



1 Engenheiro agrônomo, mestre e coordenador técnico da FGV
2 Coordenador de Projetos da FGV Projetos

Cooperativas constroem um mundo melhor.
E o Sistema Financeiro reconhece.



O cooperativismo brasileiro está em festa. O Banco Central acaba de lançar uma moeda especial em homenagem ao Ano Internacional das Cooperativas – organizações que melhoram a vida de um bilhão de pessoas em mais de 100 países, gerando 100 milhões de empregos diretos.

Cunhada em prata, a moeda traz o selo criado pela ONU em reconhecimento às cooperativas e o seguinte dizer: “Cooperativas Constroem um Mundo Melhor”. É a mais pura verdade! Apenas no Brasil, o cooperativismo mobiliza 33 milhões de brasileiros. São 6.586 cooperativas, atuando em 13 setores da economia que movimentam mais de R$ 100 billhões por ano. Somente no campo, esse modelo econômico – que prioriza a igualdade, a democracia e o desenvolvimento sustentável – gera trabalho e renda para um milhão de famílias

www.brasilcooperativo.coop.br

2012 Ano Internacional das Cooperativas

SistemaOCB
CNCOOP - OCB - SESCOOP

Alimento

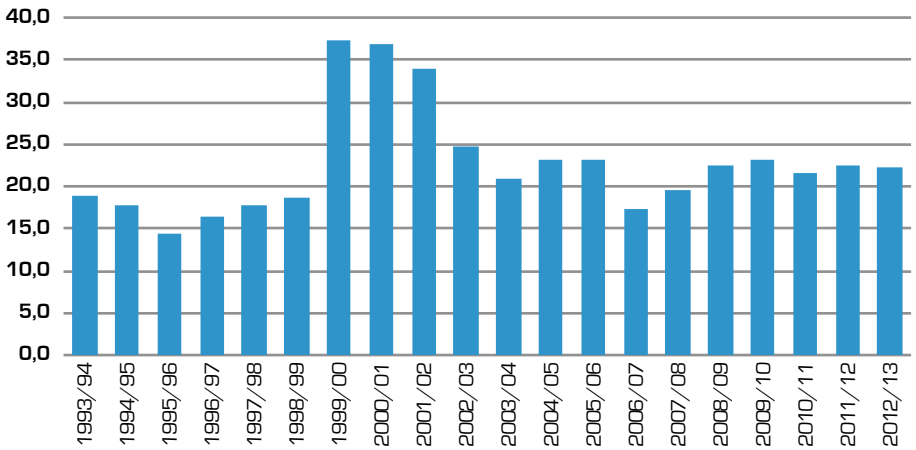
Estoques mundiais em baixa

Bolsa Brasileira de Mercadorias

UMA SUCESSÃO de estiagens ao longo deste ano nos Estados Unidos, na Rússia, na Ucrânia e em áreas da América do Sul pressionou fortemente as cotações de soja e do milho para níveis históricos recordes. Isso obviamente acendeu o sinal de alerta e preocupação em diversas partes do mundo sobre o risco de uma nova onda de aumento nos preços dos alimentos.

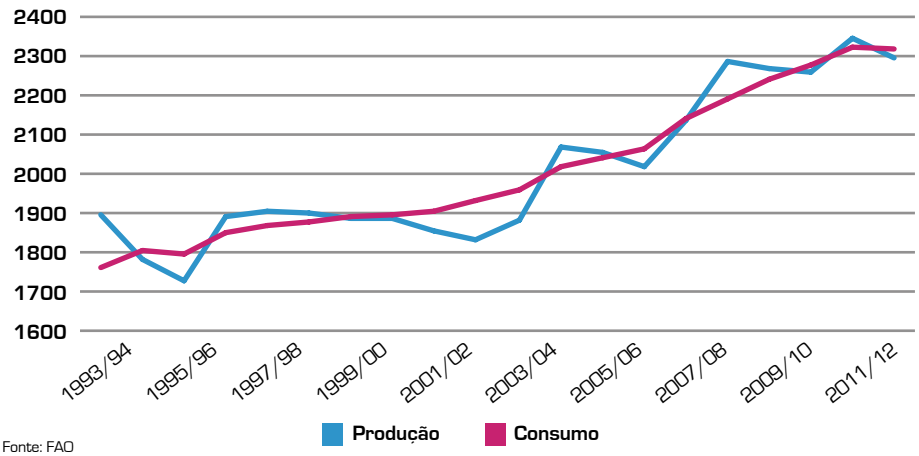
Segundo a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), o impacto da quebra da safra americana afeta menos o preço dos alimentos, porque soja e milho não são consumidos diretamente pelas pessoas. Mas, a quebra de um terço na safra de trigo na Rússia aperta a disponibilidade de produtos na mesa das famílias consumidoras.

Mundo: Relação de estoque *versus* demanda de cereais (em %)



Fonte: FAO

Mundo: Oferta e demanda de cereais (em bilhões de t)



Fonte: FAO

Os estoques de cereais da Rússia, incluindo o trigo, em 1º de julho, início da atual temporada comercial, totalizavam cerca de 12,4 milhões de toneladas. As previsões são de que, até 30 de junho de 2013, devem reduzir-se pela metade. Segundo maior país exportador de trigo, respondendo por aproximadamente 25% do comércio global do cereal, o governo russo anuncia não ter a intenção de limitar as exportações de grãos.

A curto prazo, os preços internacionais dos alimentos devem continuar altos. O Grupo Intergovernamental de Grãos da Organização da FAO procura desfazer rumores que possam provocar uma espiral de especulação sobre uma nova fome mundial. Seu secretário, Abdolreza Abbassian, tem reiterado em diversas ocasiões a não existência de "motivo para pânico" sobre uma possível crise dos alimentos.

Em setembro, a França havia convocado uma reunião de emergência dos ministros da Agricultura do G20 para discutir formas de evitar uma nova crise global dos alimentos, entre elas a criação de estoques estratégicos. Apesar de os estoques globais de grãos permanecerem apertados e os preços continuarem próximos das máximas históricas, a situação não exige uma reunião de emergência do Sistema de Informações do Mercado Agrícola, segundo Abbassian.

De qualquer forma, os preços globais dos alimentos seguem próximos dos níveis atingidos durante a crise alimentar de 2008. A economia global em desaceleração ajuda amenizar a situação. Mas, apesar de fraca, a demanda superará a oferta e diminuirá os estoques de cereais. ■

BM&FBOVESPA

Vantagens no uso dos contratos de soja

Renata Elise Gaiotto Sebastiani*

O BRASIL se tornou o maior produtor e exportador mundial da soja em grãos em 2012. Até então, os Estados Unidos ocupavam o número 1 do ranking produtor e exportador deste grão. Com a grave seca ocorrida neste ano, a quebra de safra impactou o desempenho do país para suprir, globalmente, o setor de nutrição humana e animal.

Com a projeção de menor oferta norte-americana para o mercado externo, os países consumidores focaram-se, basicamente, no Brasil como principal país fornecedor da soja para o mundo.

Dentro desse cenário, o travamento dos preços praticados no mercado internacional e doméstico é fundamental para maximizar os lucros dos investidores em soja, aproveitando o momento atual das altas cotações do produto.

Até maio deste ano, como a BM&FBOVESPA (BVMF) negociava somente o contrato de soja com liquidação financeira (SFI – código usado pela BVMF) com base nos preços praticados no Porto de Paranaguá (PR), o investidor contava apenas com o travamento do preço doméstico.

Na segunda quinzena de junho, a BVMF, em parceria com a Bolsa de Chicago (CME Group), lançou, para negociação no Brasil, o minicontrato de soja com liquidação financeira da bolsa norte-americana (SJC – código usado pela BVMF). Ou seja, foi realizada uma listagem cruzada (*cross-listing*) deste produto para ampliar o *hegde* (trava do preço) da soja no Brasil. A listagem cruzada nada mais é do que a troca de negociação de preços entre bolsas de países diferentes.

Uma grande praticidade disso é que toda a operação financeira de moeda é realizada dentro do Brasil. Isso significa mais uma opção de *hedge* do preço da soja norte-americana, e, portanto, a trava do preço internacional do produto dentro do Brasil.

Tanto no contrato da soja SFI, quanto no contrato da soja SFC, não há entrega física do produto. Atualmente, todos os contratos de derivativos agropecuários na BVMF são negociados apenas com liquidação financeira (com exceção do contrato do café Arábica). A complexidade do sistema tributário brasileiro ocasiona dificuldade nos processos de entrega física via bolsa. Quando estes contratos eram realizados com recebimento físico, a especificidade tributária de cada estado trazia incertezas tanto na incidência e na magnitude destas alíquotas, quanto no aproveitamento de créditos pelos agentes que operavam na BVMF.

Para manter a uniformidade das unidades e facilitar a trava entre a soja Paranaguá e a soja CME (SFI e SJC), os contratos são negociados em dólares por saca de 60 quilos, com o tamanho padrão de 27 toneladas cada contrato.

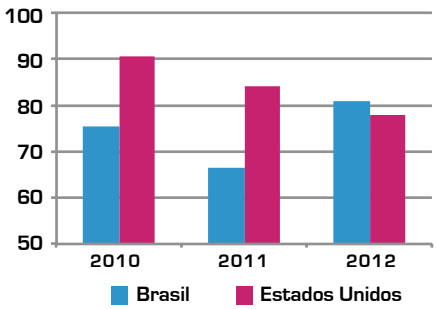
Outra vantagem de se utilizar o contrato da soja com liquidação financeira (SFI), juntamente com o minicontrato da soja CME (SJC), é a trava do "prêmio sintético" entre as bolsas. Na linguagem de negociação mundial, o prêmio sintético é a diferença de preços de um produto entre bolsas diferentes. Dessa forma, a trava de preços entre duas bolsas é importante para evitar descasamento entre os preços futuros doméstico e internacional.

Por exemplo, se a estratégia de um importador é originar a soja brasileira, ele pode fazer o *hedge* de compra da soja SFI e o *hedge* de venda da soja SJC. Assim, com a trava da cotação do preço dos mercados interno e externo, o preço de compra (R$) e de venda (US$) está garantido.

Na exportação do grão de soja, existem custos portuários (*fobbings*), dentre outros custos, até o produto chegar ao destino final. Como são custos implícitos dentro do prêmio sintético de exportação, a trava no mercado interno e externo garante proteção contra variações nesses custos.

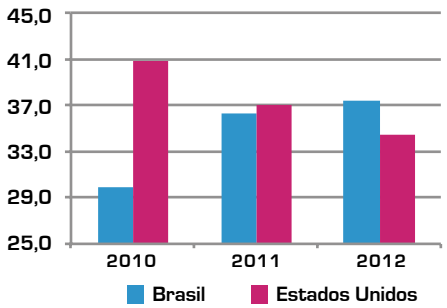
De acordo com o período de safra em cada país e, consequentemente, oferta e demanda pelo grão, na BM&FBOVESPA, o contrato de soja brasileiro (SFI) é negociado para os meses de março, abril, maio, junho, julho, agosto, setembro e novembro; e o minicontrato de soja norte-americano (SJC) é negociado para os meses de janeiro, março, maio, julho, agosto, setembro e novembro. Logo, entre os meses de março, maio, julho, agosto, setembro e novembro, é possível travar o prêmio sintético entre as sojas. ■

Evolução da produção de soja (milhões de t)



Fonte: Departamento de Agricultura dos Estados Unidos

Evolução das exportações de soja (milhões de t)



Fonte: Departamento de Agricultura dos Estados Unidos

*Especialista de Mercado Agropecuário da BM&FBOVESPA

Soja

Prováveis bons frutos em 2012/2013

Rafael Ribeiro de Lima Filho*
Gustavo Adolpho Maranhão Aguiar**
Alcides de Moura Torres Junior***

O PLANTIO da soja 2012/2013 começou no País e a previsão de uma produção recorde já fez os preços do grão caírem. No Paraná e no Mato Grosso, maiores produtores nacionais, aproximadamente 20% da área foram semeados até a metade de outubro. No Brasil, a área de soja deve crescer entre 5,5% e 9,1%, segundo o primeiro levantamento de intenção de plantio da safra 2012/2013 da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab).

A expectativa é de que sejam plantados entre 26,4 milhões e 27,3 milhões de hectares. A produção pode ultrapassar 80 milhões de toneladas. A pressão de baixa ganha força com o avanço da colheita nos Estados Unidos, que atingiu 71% das lavouras norte-americanas no final da primeira quinzena de outubro.

Outro ponto que justifica as quedas dos preços da oleaginosa foram as recentes revisões do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) acerca da produção de soja no país. No relatório de outubro, o Departamento aumentou em 8,6% a produção esperada para 2012/2013. São 6,1 milhões de toneladas a mais do que o previsto anteriormente.

Apesar da queda, o patamar atual de preço ainda é muito alto.

De acordo com o nosso cálculo, a rentabilidade média da atividade, em 2012/2013, está estimada em 15,5%. São 3,6 pontos percentuais a menos em relação à rentabilidade de 2011/2012. A diferença é significativa, porém não dá para negar que ainda é um excelente resultado. O lucro por hectare é de R$2.331,97.

Resultados econômicos

Na BM&FBovespa, os contratos futuros de soja caíram fortemente nas primeiras semanas de outubro. Os contratos com vencimento em março/13 fecharam cotados em US$30,71, em Paranaguá-PR (15/10), ou R$62,00 por saca de 60 quilos, considerando uma taxa de câmbio de R$2,02 por dólar. Levando em conta os preços atuais no porto paranaense, cuja cotação é de R$72,00 por saca, o mercado indica uma queda de 13,8% entre outubro deste ano e março de 2013.

Tendo esta perspectiva de queda em mente, foi calculado o resultado econômico da soja, considerando uma propriedade em Rio Verde, Goiás, para a safra 2012/2013 e uma comparação com os resultados da temporada anterior. A Conab estima um custo operacional de R$1.330,99 por hectare plantado na região em 2012/2013. Este valor está 10,3% acima do verificado em 2011/2012. Ou seja, além de preços menores, o agricultor depara-se com um custo maior de produção na atual temporada. Para o cálculo da rentabilidade, consideramos

Resultado econômico da soja em Rio Verde-GO

Itens	2011/2012	2012/2013
Custos operacionais (R$/ha)	R$ 1.207,02	R$ 1.330,99
Produtividade (sacas/ha)	52,00	54,17
Preço (R$/saca)	78,45*	67,62**
Receita (R$/ha)	R$ 4.079,40	R$ 3.662,96
Lucro (R$/ha)	R$ 2.872,38	R$ 2.331,97
Preço da terra (R$/ha)	R$ 15.000,00	R$ 15.000,00
Rentabilidade (%)	19,1%	15,5%

* preço 2012/2013 = queda de 13,8% entre outubro/12 e março/13 (BM&F, contrato março/13)
** preço 2011/2012 = média de julho, agosto e setembro, maiores preços do ano
Fonte: Conab/ Scot Consultoria

Resultado econômico da soja e cana-de-açúcar (arrendamento)			
Itens	Soja		Cana-de-açúcar
	Rio Verde-GO		Ribeirão Preto-SP
	2011/2012	2012/2013	Arrendamento 2012
Custos operacionais (R$/ha)	R$1.207,02	R$1.330,99	-
Produtividade (saca/ha)	52,0	54,2	-
Preço (R$/saca)	78,45	67,62	-
Receita (R$/ha)	R$4.079,40	R$3.662,96	R$1.300,00
Lucro (R$/ha)	R$2.872,38	R$2.331,97	R$1.300,00
Preço da terra (R$/ha)	R$15.000,00	R$15.000,00	R$25.200,00
Rentabilidade (%)	19,1%	15,5%	5,2%

Fontes: Conab / Scot Consultoria

o preço médio da terra de agricultura na região de Rio Verde-GO.

A produção de soja, nesse contexto, é mais rentável do que o arrendamento para cana-de-açúcar em São Paulo, por exemplo, onde valores de R$1,3 mil por hectare ao ano são comuns. Isso significa uma rentabilidade anual estimada de 5,2%.

Obviamente, deve-se considerar que o risco do negócio é muito menor no caso da cana, seja na opção pelo arrendamento da terra ou mesmo pela produção, uma vez que são firmados contratos de médio prazo para fornecimento às usinas.

É importante lembrar que uma parcela grande da produção de soja 2012/2013 foi comercializada antecipadamente. Por exemplo, no Mato Grosso, 63,1% da soja foram negociados até outubro. Ou seja, boa parte da produção foi negociada a preços maiores do que o previsto para a boca da safra, no ano que vem. Um possível atraso na colheita poderia dar sustentação ao mercado. O clima será decisivo no rumo que o mercado vai tomar. De qualquer maneira, estima-se que 2012/2013 seja outra temporada positiva para o produtor de soja brasileiro. ■

* Zootecnista da Scot Consultoria (rafael@scotconsultoria.com.br)
** Zootecnista da Scot Consultoria (gm@scotconsultoria.com.br)
*** Engenheiro agrônomo da Scot Consultoria (alcides.torres@scotconsultoria.com.br)



SXC.HU

CARRO FORTE PARA O TRABALHO.

4X4 DIESEL

CERTEZA DE COLHER RESULTADOS.

CUSTO DE MANUTENÇÃO IMBATÍVEL:
COMPARE E COMPROVE.

PREÇO ESPECIAL

PIK UP CABINE DUPLA

À VISTA: **R$ 81.500,00****

OU 30% DE ENTRADA, TAXA DE JUROS DE 0,49% A.M. E 36 PARCELAS DE R$ 1.785,21

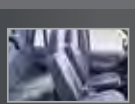


Tradição desde 1945

LANÇAMENTO DA LINHA EURO-V:
MOTOR MAIS LEVE E POTENTE.
AGORA COM PILOTO AUTOMÁTICO
E TRIO ELÉTRICO GRÁTIS.


>> 4 X 4


>> DIESEL


>> MAIOR ESPAÇO

CABINE SIMPLES
VERSÃO CHASSI PARA
BAÚ OU CAÇAMBA***



Consulte nossa rede
de concessionárias*
Tel.: 11 3060-5700
www.mahindra.com.br

Mahindra
Rise.

IPI ZERO

GARANTIA 3 ANOS ou 100.000 KM

FAÇA UM TEST DRIVE

Respeite os limites de velocidade.

MONTADO NO BRASIL

PRODUZIDO NO POLO INDUSTRIAL DE MANAUS
CONHEÇA A AMAZÔNIA

*Rede autorizada em todo país. Respeite a sinalização de trânsito. Consulte uma concessionária ou o site Mahindra para obter informações sobre as versões e configurações disponíveis. Opcionais não incluídos no modelo básico. Imagens meramente ilustrativas. Os veículos Mahindra estão em conformidade com o Programa de Controle da Poluição do Ar por Veículos Automotores - Proconve. **Mahindra CD 12/13, à vista a partir de R$ 81.500,00, se o veículo for financiado com juros de 0,49%, entrada de R$ 24.450,00 (30%) e o saldo em 36 parcelas de R$ 1.785,21. Valor financiado R$ 57.050,00 já incluso IOF, sendo que o valor da TC deve ser acrescido em R$ 780,00. Condição de juros de 0,49%, válida para toda linha Mahindra de veículos zero-quilômetro com 30% de entrada e saldo em 36 parcelas fixas acrescidas de IOF + TC. ***Mahindra CS 12/13, à vista a partir de R$ 64.900,00, se o veículo for financiado com juros de 0,49%, entrada de R$ 19.470,00 (30%) e o saldo em 36 parcelas de R$ 1.426,50. Valor financiado R$ 45.430,00 já incluso IOF, sendo que o valor da TC deve ser acrescido em R$ 780,00. Condição de juros de 0,49%, válida para toda linha Mahindra de veículos zero-quilômetro com 30% de entrada e saldo em 36 parcelas fixas acrescidas de IOF + TC. Crédito sujeito à aprovação bancária. Caso o cadastro não seja aceito pelo Banco Alfa, deverá ser encaminhado para outras financeiras que praticam maiores taxas. Financiamento praticado para todo território nacional. Consulte valores dos veículos e IOF na revenda. Estoque limitado. Garantia de três anos sem limite de quilometragem para pessoa física, ou três anos e 100.000 km para pessoa jurídica, condicionadas aos termos e condições estabelecidos no Manual de Garantia e Manutenção. A Mahindra reserva-se o direito de alterar as especificações de seus veículos, serviços e taxas sem prévio aviso. Promoção válida até 30/11/2012 ou enquanto durar o estoque. Cinto de segurança pode salvar vidas.

ORGANOMINERAL
É O FUTURO DA FERTILIZAÇÃO?

MUITO PROVÁVEL. MAS ENQUANTO ISSO, JÁ PODEMOS IR FALANDO DE

PRODUTIVIDADE E SUSTENTABILIDADE.

Não uma produtividade qualquer. Uma produtividade real. Porque o agricultor precisa de resultados expressivos, já nas safras atuais. Precisa de frutos e grãos fortes, bonitos, plantas resistentes e solo saudável. **Por isso estamos falando de Farture**, um organomineral com qualidade, pesquisa, conceito e resultado (testes em diversas regiões e culturas apontam **ganhos médios de 16,5% na produtividade**). A presença de matéria orgânica permite que o solo retenha mais umidade, tenha mais estabilidade e maior atividade biológica. Assim, estamos falando de sustentabilidade. De produzir mais e melhor nas mesmas áreas de cultivo. De aproveitamento maximizado dos nutrientes, com pouquíssima perda. E estamos falando de cuidado com a terra. Algo que, sem dúvida, está no coração do agricultor.

Farture. *Quando tecnologia, produtividade e sustentabilidade se encontram num único grão.*

www.agrariafert.com.br | 16 3690-2200

FARTURE
FERTILIZANTE DE ALTA PERFORMANCE

Agrária
FERTILIZANTES
A MARCA DA TERRA.



SXC.HU

Pecuária Sustentável

A pecuária globalizada

As projeções de consumo mundial para as próximas décadas destacam a importância da proteína animal diante de uma população em crescimento com maior renda. Paralelamente, a pressão de uso sobre os recursos naturais, como terra e água, fica cada vez maior. Nesse contexto, a pecuária, pela sua magnitude territorial e econômica, integra os temas transversais associados às mudanças climáticas e à preservação da biodiversidade.

Apesar de gerar emprego e renda nos quatro cantos do planeta, a pecuária de corte é submetida aos crivos das críticas da sua baixa contribuição do ponto de vista social e econômico, em razão da significativa quantidade e qualidade dos recursos naturais empregados. Essa reação faz sentido e tem lógica, principalmente face ao sistema extensivo de produção empregado em grande parte das zonas de criação.

A partir basicamente da década passada, como as mudanças climáticas e o aquecimento global entraram na agenda dos grandes assuntos de ordem mundial, apareceram novas colocações. A crescente preocupação com o aquecimento global estimulou os estudos sobre as fontes de emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE). De acordo com estudo da FAO, de 2006, a pecuária bovina comercial contribui com aproximadamente 11% das emissões globais causa-

Participação da Pecuária
• 26% das terras aráveis para pastagens;
• 35% das terras aráveis para a produção de rações;
• 56% da produção de biomassa;
• 8% da água doce;
• 13% da energia e 25% da proteína na dieta humana;
• 1,5% do PIB mundial;
• Subsistência de 1,0 bilhão de pessoas;
• Parte das emissões antropogênicas de GEE.

Fonte: FAO

das pela ação do homem. Os gases emitidos pela criação são, principalmente, o metano (CH4), gerado pela fermentação entérica e pelas fezes do animal, e o óxido nitroso (N2O), proveniente das fezes.

Atrás somente do desmatamento, com os sistemas extensivos predominantes na pecuária brasileira, a atividade é considerada a segunda principal emissora de GEE. Os números apontados não são consensuais devido ao uso de metodologias diferenciadas. Uma das opiniões convergentes para mitigar os impactos ambientais consiste na intensificação da produção através da melhoria da qualidade do alimento fornecido aos animais.

A agricultura brasileira é apontada como palco de inovações de práticas adequadas à sua realidade tropical. A domesticação do Cerrado é celebrada como a primeira grande conquista. O sistema de plantio direto na palha recuperou e deu vida aos solos, com a possibilidade de mais plantio. O casamento da brachiária com o zebu possibilitou a interiorização da pecuária. Mais recentemente, de forma muito promissora, aparece a integração entre lavoura, pecuária e floresta, apoiada pelo Programa da Agricultura de Baixo Carbono (ABC).

Capacidade da produção no Brasil

De acordo com os números apurados em 2008, as atividades agropecuárias envolvem 330 milhões de hectares, cerca de 39% do território brasileiro. Com 172 milhões de hectares, a pecuária supera mais da metade desta área.

A tendência é de avanço nos índices zootécnicos na bovinocultura nacional. A pequena capacidade de apascentamento das pastagens (em torno de um gado por hectare), junto à adoção das técnicas de manejo, está sendo cada vez mais aprimorada. A taxa média de desfrute (número de animais abatidos em relação ao tamanho do rebanho), que ainda é muito baixa e inferior a 20%, também deve crescer.

Por sua vez, os níveis de preservação dos seus biomas também podem ser mantidos: **Amazônia (85%), Caatinga (53,6%), Cerrado (51,5%), Mata Atlântica (27%), Pampa (41,3%) e Pantanal (86,7%).**

Brasil: Ocupação das áreas

Áreas	Participação
1. Preservadas	61,3%
2. Privadas	38,7%
2.1. Agropecuária	27,7%
2.2. Protegidas	11.0%

Fonte: Embrapa

Dessa maneira, estima-se que de 70 a 85 milhões de hectares de pastos serão liberados para a:

• regularização de passivos ambientais, com recomposição e restauração de áreas degradadas, a depender do formato final do Código Florestal, projetadas entre 35 e 40 milhões hectares;

• constituição de unidades de conservação;

• expansão projetada para a produção agrícola, incluindo grãos, agroenergia, agricultura familiar e florestas cultivadas, estimada em 20 milhões de hectares;

• planos de expansão da matriz florestal, com incorporação de novas espécies, como seringueiras, castanheiras e outras variedades.

O projeto engloba os sistemas de bacias hidrográficas, com a conexão fazendo-se entre matas e mananciais. Embora em fase embrionária, tem como objetivo conter o processo de esgotamento dos recursos hídricos em função das queimadas e derrubadas das florestas.

Mercado mundial de carne bovina

A produção de carne bovina, neste ano, está praticamente no mesmo patamar em relação à de 2011. O fraco desempenho da economia mundial, em particular nos países em desenvolvimento, não estimula investimentos para ampliação do rebanho e aumento da produtividade. A situação é de grande incerteza, com forte pressão nos custos de produção, derivada dos problemas climáticos nos Estados Unidos e no leste europeu. O repasse aos preços finais chega ao varejo e esfria o ânimo de consumo.

A especulação sobre a intensidade de liquidação de rebanho em diversos países do mundo ganha força. A indústria global de carnes acompanha de perto o desdobramento nos preços para 2013 e 2014, com base na oscilação na produção de carne bovina da União Europeia. Como a oferta de gado no bloco tem sido restrita, em níveis próximos aos registrados durante os períodos de epidemias de doenças, os preços batem recordes e devem continuar em alta. Lá, os custos para a alimentação dos animais retornaram aos níveis recordes de 2008.

O início da alta nos preços da pecuária europeia começou no final de 2011, com valores acima de US$ 5 para o quilo de novilho. A abertura do mercado da Turquia para a carne bovina da UE resultou em aumentos nas exportações, diante da baixa disponibilidade global de carne bovina. A sobra interna ficou bem apertada.

As exportações devem atingir volumes máximos impulsionados pela Índia, Colômbia, Austrália e Nova Zelândia. As importações por parte da Venezuela, Rússia e Estados Unidos aumentam devido basicamente à demanda mais forte não satisfeita pelas ofertas domésticas.

Mundo: Balanço de oferta e demanda de carne bovina (milhões de t)							
Item	2007	2008	2009	2010	2011 (1)	2012 (2)	(1)/(2)%
Produção	58.438	58.382	57.182	57.117	56.888	57.001	0,2
Consumo	57.885	57.705	56.451	56.217	55.698	55.620	- 0,1
Exportação	7.679	7.651	7.509	7.866	8.155	8.728	7,0
Importação	7.199	7.008	6.841	6.915	6.990	7.350	- 2,3

Fonte: USDA – abril de 2012

Liderança indiana nas exportações

Mesmo levando em conta somente a carne de búfalo congelada, cujo rebanho representa um terço do total de seus rebanhos, a Índia passa a ser o maior exportador de carne bovina em 2012. Em função de sua adaptabilidade climática e do teor de gordura no seu leite, os búfalos são usados para a produção de leite. A lei federal no país proíbe o abate de animais (machos e fêmeas de bovinos e búfalos) destinados para a produção de leite. O abate é restrito para os machos e fêmeas não produtivos.

Os destinos das exportações indianas são, principalmente, o Oriente Médio, norte da África e sudeste da Ásia, que também recebem carne brasileira. Produzidas de acordo com o padrão *halal*, as carnes de búfalo recebem preços menores, embora sejam magras e possuam características interessantes para os frigoríficos.

A demanda doméstica está limitada pela deficiência apresentada pela cadeia de frios, nos equipamentos para congelamento e armazenagem. Existe também a concorrência de outros produtos proteicos oriundos da indústria de laticínios e avícola.

Recuo na produção dos EUA

Em função da alta taxa de abate de fêmeas nas últimas temporadas, os Estados Unidos devem registrar, em 2012, o menor rebanho dos últimos cinquenta anos, 90,7 milhões de cabeças. A queda é de 2% na comparação com 2011, segundo o Departamento de Agricultura Norte-americano (USDA).

No primeiro semestre deste ano, a oferta de carne bovina nos Estados Unidos recuou para 536,7 mil toneladas equivalente carcaça (tec), resultado 11,4% menor em relação ao mesmo período do ano passado, quando foram produzidas 605,06 mil tec. O tamanho da redução ganha dimensão maior na comparação entre o primeiro semestre de 2011 e 2012, quando houve um incremento de 25% na oferta da proteína animal.

A forte seca registrada no país e a escalada dos preços do milho e do farelo de soja garantem os abates e sustentam a oferta de carne bovina. A questão é se, diante da redução no rebanho bovino, os Estados Unidos terão condições de garantir os negócios, inclusive nas regiões onde o Brasil também atua, como Rússia e Oriente Médio.

Atenção na virada do ciclo

Com a retomada de alta nos preços internos na pecuária a partir de 2007, os analistas começaram a apostar no movimento de retenção de matrizes. Nada mais certo depois da grande taxa de abate verificada ao longo de 2002 e 2006, quando os preços reais chegaram ao fundo do poço. Agora, chega o momento da indagação sobre a disponibilidade mais folgada de animais para abate. A crise de 2008 pegou o setor frigorífico bem alavancado em investimentos para aumentar a capacidade de produção. Veio a enxurrada de pedidos de recuperação judicial, o recuo das exportações e a venda forçada de animais para honrar compromissos. Então, como a virada de ciclo não aconteceu como se esperava, o cenário de preços pode se modificar.

A demanda é o *drive* poderoso para comandar os preços na pecuária. Externamente, assistimos a uma mudança na clientela entre os compradores tradicionais da carne brasileira, principalmente com a recaída dos dois grandes maiores, formados pela Rússia e a União Europeia. A recuperação desses mercados fica difícil com crise abatida sobre a região do euro. Do lado interno, os esforços para dar liquidez e juros baixos não conseguem dar força suficiente para o crescimento do PIB.

As expectativas iniciais eram de aumento no confinamento. A Associação Nacional dos Confinadores (Assocon) e o Instituto Mato-grossense de Economia Agropecuária, por exemplo, trabalhavam com taxas de crescimento próximas a 12% em relação

a 2011, quando a quantidade de animais engordados dentro do sistema, segundo a Assocon, foi de 3.360 mil, estando entre os principais estados: 1.004 mil em Goiás, 886 mil no Mato Grosso, 538 mil em São Paulo, 342 mil no Mato Grosso do Sul e 309 mil em Minas Gerais. Com a seca dos Estados Unidos e no sul do Brasil provocando aumento nos preços de milho e soja, os pecuaristas passaram a reavaliar os seus investimentos. Certamente, os números serão revistos mais para baixo.

Em relação aos últimos anos, o ano de 2012 até pode ser considerado o mais previsível. Depois da crise financeira de 2008, os embargos da UE, as suspensões de compras pela Rússia, as fusões e incorporações entre os frigoríficos, não se pode considerar errado chamá-lo de um momento passageiro de trégua. Mas, os embates virão, diante dos investimentos realizados na produção pecuária e do aumento da competividade da cadeia produtiva.

Brasil: Balanço de oferta e demanda de bovinos

Ano	2007	2008	2009	2010	2011	2012
Rebanho (1.000 cabeças)	199.752	202.306	205.260	209.541	213.731	218.006
Produção (1.000 t equiv. carcaça)	10.083,9	8.834,6	8.474,1	8.782,5	8.448,2	8.465,0
Importação (1.000 t equiv. carcaça)	31,1	30,0	39,3	37,8	41,4	41,4
Exportação (1.000 t equiv. carcaça)	2.285,0	1.919,5	1.633,7	1.633,7	1.425,00	1.425
Disponibilidade interna (1.000 t equiv. carcaça)	7.830,0	6.945,1	7.186,6	7.186,6	7.065,00	7.081
População (milhões de habitantes)	187,64	189,61	193,25	193,90	194,9	197
Disponibilidade *per capita* (kg/hab./ano)	41,7	36,7	35,6	37,2	36,2	36

Fonte: Conab, ABIEC, IBGE, CNPC

Produção certificada

O contexto da pecuária brasileira é de integração da cadeia produtiva. Para os próximos anos, o cenário de crescimento é positivo, mas o maior uso de tecnologia e gestão constitui o grande desafio. No Brasil, o ano tem sido regular para o criador, depois da alta de preço verificada em 2011. A economia mostra fraco crescimento no PIB. Apesar da alta taxa de ociosidade, beneficiados com a valorização do dólar, os frigoríficos melhoraram o desempenho no comércio externo de carne.

O futuro do agronegócio, inclusive na pecuária, está na produção sustentável de maior qualidade. Diante da ascendente demanda dos países desenvolvidos por produtos com certificação nas redes, o Brasil defronta-se com o desafio de gerar produtos de tais padrões no mercado mundial.

A oferta é crescente para gêneros alimentícios frescos, em apresentações apropriadas nas redes varejistas. Os gastos com a alimentação fora de casa são crescentes, assim como os investimentos em alimentos certificados. Propriedades com práticas de desmatamentos e queimadas enfrentarão dificuldades para vender as suas produções, não só por questões legais, mas também comerciais. A reeducação do consumo de carne da população sofrerá influência da forma sustentável com que os rebanhos são criados, com apresentações de certificações.

Sem marcas até alguns anos atrás, a carne brasileira certificada ganha espaço no mercado, principalmente quando voltada para a exportação. Enquanto os países emergentes aumentam o consumo do produto, independente da exigência de padrões de qualidade; nos países desenvolvidos, os consumidores preferem pagar com prêmio os itens de procedência conhecida. O produtor terá de decidir o modelo de produção a ser seguido.

Comportamento das exportações brasileiras

Os grandes importadores de carne bovina são os Estados Unidos, Rússia, Japão, União Europeia e Oriente Médio (Irã e Egito). No primeiro semestre de 2012, o Brasil exportou 557.395,58 toneladas de carne bovina, um crescimento de 2,5% em relação ao mesmo período de 2011. Também o faturamento aumentou em 1,8%, com US$ 2,64 bilhões. Os números são da Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carnes (Abiec). Com os preços mantidos em patamares altos, a expectativa é atingir US$ 6 bilhões nas exportações de 2012.

Quando se analisa os principais mercados de exportação, a começar pelo Oriente Médio, tem-se o Irã, que após superar problemas políticos, voltou a comprar em grandes volumes. Já para o Egito, passada a Primavera Árabe, as vendas cres-

cem em faturamento e em volume, estimuladas pela mudança da classificação de risco do Brasil para a doença da vaca louca, que permitirá comercializar produtos industrializados, de maior valor agregado.

Para a Rússia, a expectativa é positiva, com o aumento no número de plantas brasileiras habilitadas a exportar para o país. A visita de uma missão russa no dia 22 de julho, contribuiu para a evolução comercial entre os dois países.

O embargo imposto pelos EUA aos frigoríficos brasileiros em razão da detecção de níveis de ivermectina fora do padrão foi suspenso em janeiro de 2011. Entretanto, a retomada das compras começou a ganhar impulso somente em meados do ano. As indústrias redobraram os cuidados no uso de vermífugo no rebanho bovino. Um dos pontos favoráveis para o Brasil está na dificuldade dos EUA para encontrar outro fornecedor de peças processadas.

As boas surpresas estão nas exportações de carne bovina para o Chile, com crescimentos impressionantes, embora ainda seja um mercado com grande potencial de crescimento. A aposta das vendas para o mercado asiático puxado por Hong Kong continua bem firme.

A taxa de câmbio do dólar em patamar superior a R$ 2 oferece maior competitividade no mercado internacional. E, assim, com a desvalorização do real, a oferta da carne bovina nacional fica mais barata. Desde meados de 2010, o valor da arroba do boi estava acima de US$ 50. Essa é uma das variáveis decisivas para as vendas externas. O contexto econômico influencia o fluxo dos negócios da pecuária. No caso da Europa, o cenário interno não proporciona o deslanche das importações. Nos Estados Unidos, a redução do rebanho, a menor produção e as margens negativas enfrentadas pelo setor não estimulam a atividade.

Status sanitário

A Organização Mundial de Saúde Animal (OIE, sigla em inglês) classificou o Brasil como região de risco insignificante em relação à doença da vaca louca (encefalopatia espongiforme bovina – EEB). Isso possibilitará a retomada das exportações para países com medidas restritivas à compra de produtos brasileiros.

Desde 2001, o País adota medidas para mitigar o risco de entrada dessa doença, sendo que há apenas dezenove países detentores desse status sanitário. O caminho, assim, fica aberto para a venda de tripas para a União Européia, de carnes para o Egito e a Tunísia, por exemplo, além das negociações de animais vivos para países com o mesmo status na América do Sul, como Argentina, Uruguai, Chile e Paraguai.

O preço médio da tonelada exportada no período de janeiro a setembro continua firme em 2012

2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
2.204	2.504	2.589	3.890	3.159	3.891	5.052	4.747

Fonte: MDIC

Brasil: Exportação de carne bovina (US$ bilhões)

Ano	*In natura*	Industrializada	Outras	Total
2000	503	252	58	**814**
2001	739	252	58	**1.049**
2002	776	299	69	**1.144**
2003	2.255	338	97	**1.590**
2004	2.963	447	115	**2.525**
2005	2.429	525	116	**3.060**
2006	3.135	654	135	**3.923**
2007	3.486	694	245	**4.425**
2008	4.088	853	406	**5.325**
2009	3.022	649	465	**4.118**
2010	3.859	521	434	**4.814**
2011	4.167	643	566	**5.376**

Fonte: SECEX

Brasil: Exportação de carne *in natura* para UE e Rússia (US$ milhões)

	UE	Rússia
2000	512	0
2001	501	2
2002	529	46
2003	727	103
2004	1.025	248
2005	1.158	573
2006	1.417	855
2007	1.430	1000
2008	787	1474
2009	637	953
2010	713	1.022
2011	435	1.013

Fonte: SECEX

Negociações com a União Europeia

A União Europeia foi o principal mercado para a carne brasileira até meados da década passada, mas a descoberta de casos de aftosa e medidas restritivas ao produto fizeram as vendas ao bloco despencarem.

Lista Trace

No começo deste ano, o Ministério da Agricultura voltou a publicar a relação de fazendas autorizadas a fornecer bovinos para abate e venda de carne *in natura* para a União Europeia (UE).

Essa mudança ajuda a melhorar o perfil das exportações. Existem cerca 29 mil fazendas cadastradas no sistema Eras (Estabelecimentos Rurais Autorizados), no Serviço de Rastreabilidade da Cadeia Produtiva de Bovinos e Bubalinos. No entanto, apenas 1.948 fazendas estavam credenciadas a vender carne para o bloco. Com a mudança no processo de gestão, mais 27 mil propriedades ficarão aptas a fornecer carne bovina para atender o mercado europeu.

A Lista foi criada em 2008, após embargo imposto pelos europeus à carne bovina brasileira, em razão de problemas no sistema de rastreabilidade de carne bovina e bubalinos (Sisbov). A UE passou a exigir que, após a vistoria em cada propriedade, os nomes das fazendas e de seus proprietários fossem publicados no site da DG Sanco.

Essa conquista demonstra o reconhecimento dos avanços no País, com maior grau de confiança para as ações de cooperação. Um dos próximos passos será derrubar a aplicação de medidas de saúde animal para a carne desossada maturada, que não é considerada veículo de transmissão do vírus da febre aftosa.

Cota Hilton e aditivos

Segundo a Abiec, entre 2007 e 2011, o Brasil deixou de ganhar cerca de US$ 250 milhões por não obter os benefícios da venda dentro da chamada cota Hilton. O produto vendido fora da cota paga tarifa de importação de 3 mil euros por tonelada.

Os problemas relacionados à cota Hilton – que inclui cortes especiais cujos preços atingem valores mais elevados no mercado internacional – já levaram o Brasil a avaliar, no início de 2010, a abertura de um contencioso na OMC. Após a sinalização dessa medida, o Brasil foi chamado para renegociar a questão e apresentou proposta, com o estabelecimento de novas regras, como a inclusão de carnes de animais terminados em confinamento.

As regras atuais para a cota Hilton preveem apenas a carne brasileira advinda de animais criados exclusivamente a pasto. Mas, a maior parte da produção brasileira migrou para o Centro-Oeste do País, onde a estiagem nos meses de inverno leva produtores a alimentar os animais com ração e suplementos.

Os exportadores brasileiros negociam a flexibilidade das exigências da UE, que dificultam muito o cumprimento das vendas de 10 mil toneladas de carne permitidas pela cota, de modo a garantir melhor remuneração para o produto exportado.

Comércio de gado vivo

No primeiro semestre deste ano, o Brasil exportou 246 mil bovinos vivos. A quantidade significa um incremento de 29% em relação ao mesmo período de 2011.

Em 2011, em razão da desvalorização do bolívar e outros motivos políticos, a Venezuela, responsável por mais de 80% das compras, reduziu as suas importações. O resultado foi uma queda acentuada de 38% nas exportações nacionais.

Outros destinos importantes de bovinos vivos são o Líbano, Turquia e Jordânia, países do Oriente Médio, para onde os abates de animais seguem regras religiosas.

Do total embarcado, o Pará enviou 318 mil bovinos, mais de 90% dos animais vendidos no exterior. As empresas paraenses construíram treze Estabelecimentos de Pré-Embarque (EPEs), para alojar os animais até a liberação das suas guias de exportação.

No começo deste ano, a Associação Brasileira dos Frigoríficos (Abrafrigo), a Associação Brasileira das Indústrias Exportadoras de Carne (Abiec) e a União Nacional da Indústria e Empresas de Carne (Uniec), em 31 de janeiro, encaminharam ofício para a Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. O documento alegava que a exportação de gado em pé para outros países representa um retrocesso para o Brasil.

Brasil: Exportação de boi em pé

	Quantidade	Valor (US$)
2004	10	3.856
2005	110	35.392
2006	244	244.963
2007	431	431.837
2008	398	398.841
2009	518	518.193
2010	642	642.735
2011	401	642.735

Fonte: SECEX

A CAMEX negou a solicitação do setor. As exportações de bovinos vivos representam menos de 1% do abate nacional fiscalizado e inspecionado pelo Mapa. No estado do Pará, esta taxa corresponde a 20%.

Para este ano, a exportação de gado em pé do Brasil deve crescer 12,5% e atingir 450 mil cabeças até o final do ano. A projeção da Associação Brasileira de Exportadores de Gado em Pé (Abeg).

Brigada de Incêndio

Em 2009, a Aliança da Terra criou e treinou uma equipe de combate a incêndio florestal, atualmente composta por oito brigadistas, com o suporte do Corpo de Bombeiros do Estado do Mato Grosso; do Programa Internacional do Serviço Florestal dos Estados Unidos (USFS) – os *smokejumpers* –; e da rede de proprietários rurais do Cadastro de Compromisso Socioambiental (CCS).

Inimigo comum do produtor rural, do ambientalista e das comunidades tradicionais, o fogo pode ser considerado a força mais destrutiva na Amazônia e um enorme obstáculo para a criação de mercados de carbono e REDD (Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal).

Os esforços anteriores, focados na pesquisa e no monitoramento, apesar de louváveis, falharam no quesito de preparação e treinamento dos indivíduos. Fortalecida pelo conhecimento, com o apoio de cientistas e dos homens da fronteira, a Aliança da Terra leva para o campo um modelo replicável de controle de incêndios florestais para toda a região amazônica, para os 2.000 assentamentos rurais da Amazônia.

Até setembro de 2012, as equipes apagaram, com sucesso, mais de 110 focos, e houve 1.600 horas de combate a incêndios: 900 em propriedades privadas, 400 em assentamentos de Reforma Agrária e 300 em Áreas Protegidas. Ao todo, vinte e sete fazendas, quatro assentamentos e um parque estadual foram protegidos; cerca de 155.000 hectares de floresta salvos, correspondente a 100 milhões de toneladas de redução direta das emissões de CO2.

Processo de carnes

Para desenvolver a cadeia da carne bovina, em 2005, o Grupo Pão de Açúcar desenvolveu um novo modelo de produção e comercialização de carne, através do cruzamento entre as raças Rubia Gallega (de origem espanhola) e Nelore (tradicional no Brasil), dando origem à carne da marca exclusiva do GPA, a Taeq. Em 2011, o Programa foi estendido para outras carnes: suínos, aves e peixes.

As fazendas devem produzir bovinos com controle genético de raças e de qualidade, para estimular a cadeia produtiva a incorporar modelos de responsabilidade saudáveis para o homem, os animais e o meio ambiente. Após o desmame, o gado fica de dois a doze meses em fase de recria, com alimentos balanceados e ideais para o desenvolvimento dos animais. A formação do pasto é feita sem a retirada de árvores, com a substituição do capim nativo pela espécie doméstica. As suas escolas tratam de questões relativas aos cuidados com o meio ambiente, reciclagem e arborização.

Os fazendeiros assumem compromissos com relação ao desenvolvimento das comunidades locais, como o Programa Tecendo Redes Sustentáveis (Tear), do Instituto Ethos, cujo objetivo é melhorar a sustentabilidade das pequenas e médias empresas (PMEs) e ampliar suas oportunidades de mercado.

O prêmio pela apresentação de relatórios socioambientais pode chegar a até 7% do preço pago pelo novilho macho, sendo 3% referentes à eficiência (a carne produzida num mesmo espaço e período), 3% de fidelidade e 1% pela entrega do relatório socioambiental.

A indústria funciona como "uma linha de desmontagem", com o boi dividido em vinte e seis cortes. Para produzir 180 quilos de carne, enquanto a idade média de abate do gado é de trinta e seis meses no Brasil, no Grupo Pão de Açúcar é de dezesseis meses. O impacto é menor na geração de lixo e resíduos, pois o gado mais magro produz menos sebo e pele. As trinta fazendas que participam do programa representam 5% da carne comercializada pela rede.

Intensificação da pecuária

Arnaldo Carneiro Filho*

Não há mais dúvidas quanto ao dinâmico e irreversível movimento de intensificação da pecuária. Verdadeiro "*hit* rural", esse importante processo de modernização da atividade vem assumindo um ritmo cada vez mais acelerado. Além de bem-vindo, este processo gera consequências bastante positivas se considerarmos o momento agrícola atual.

O incremento da demanda por alimentos, interna e externa, mesmo que associado a uma forte inserção tecnológica na agricultura como um todo, gera uma necessidade de expandir a produção e, com ela, um possível reaquecimento da fronteira agrícola. Alguns estudiosos do assunto já argumentam que a incorporação de novas tecnologias em si já permitiria um uso mais eficiente dessas terras,

inibindo assim o constante avanço da fronteira do desmatamento.

O ganho tecnológico anual da agricultura não dá conta sozinho de compensar e manter uma lógica "poupa terra" e/ou "poupa recursos naturais". Precisamos, com urgência, promover uma acurada e permanente radiografia da situação do uso do solo, na perspectiva de identificarmos onde e como a intensificação da pecuária tem viabilidade econômica. As aptidões físico-climáticas, condições logísticas, posição dos frigoríficos, custo de produção são alguns dos elementos dessa complicada matriz de decisão.

Utilizar toda a nossa inteligência territorial, através das modernas geotecnologias e da excelência dos nossos pesquisadores, é absolutamente indispensável, para cumprir essa tarefa, otimizando vocações regionais e reduzindo o nosso grande inimigo, o chamado "Custo Brasil". Esse é um dos tantos desafios do NIT (Núcleo de Inteligência Territorial), recentemente criado no Ministério da Agricultura. Crédito bem endereçado no território e associado à transferência tecnológica é o instrumento indispensável para esta transformação da pecuária que nos permitirá conciliar produção agrícola com conservação de recursos naturais. Esse é o nosso desafio maior, e a pecuária e sua intensificação são elementos estratégicos nesse processo.

* Diretor de programada da Subsecretaria de Desenvolvimento Sustentável

Capacitação e gestão

Rodrigo Paniago*

Qualquer indivíduo que se dedique a estudar a bovinocultura brasileira poderá observar que ela, historicamente, caminhou na direção da modernização, da conquista da eficiência, do uso do solo e do desempenho animal. Aqueles que estudarem as tecnologias agrozootécnicas disponíveis para a pecuária descobrirão que o caminho foi percorrido em velocidade de passo, quando o potencial seria de trote e galope. O País investiu na produção de novas tecnologias, mas não conquistou o mesmo sucesso na adoção do conhecimento pelos produtores rurais.

Independente da conjuntura econômica e das condições edafoclimáticas regionais, a tecnologia, seja nova ou antiga, nem sempre pode ser utilizada por todos os pecuaristas: cada produtor encontra-se em determinada fase de evolução do sistema de produção escolhido.

São comuns os casos do incremento da tecnologia ocorrer de forma equivocada. O resultado é de frustação. O empreendedor rural, muitas vezes, não compreende que a falha ocorrida está na escolha da tecnologia e no momento de utilização desta.

Com base no discurso "por um bom planejamento estratégico", as prioridades de investimento tecnológico por parte de cada produtor devem ser pautadas tanto por questões regionais, como financeiras. O pecuarista ou o gerente de fazenda, em geral, conhecem bem a situação financeira da propriedade, porém ainda são, tradicionalmente, muito tímidos no uso dos conhecimentos disponíveis para a gestão do negócio pecuário.

É comum encontrarmos propriedades pecuárias – mesmo com patrimônio elevado – com contabilidade deficitária, cujos fatores de produção não recebem qualquer tipo de controle. Com essa gestão, não há possibilidade de realizar análises bem fundamentadas em termos de eficiência, com avaliação do impacto econômico de uma nova tecnologia a ser adotada.

A necessidade de capacitar melhor os gestores de pecuária é partilhada por diferentes atores da cadeia. Cada vez mais, temos profissionais investindo e desenvolvendo treinamento na transferência de técnicas de gestão de propriedades rurais. Contudo, essas ações ainda são incipientes, frente ao número de gestores não capacitados existente no setor.

Essa situação precisa ser revertida, com o aumento da adoção de tecnologias sustentáveis na pecuária. Para isso, é de fundamental importância o envolvimento intensivo do setor público e privado, na formação de um maior número de profissionais de Ciências Agrárias, com conhecimento em gestão de propriedades rurais. Eles serão os multiplicadores e disseminadores dos conhecimentos dessas técnicas.

* Engenheiro agrônomo, presidente da Associação dos Profissionais de Pecuária Sustentável - APPS

Interação da cadeia produtiva

Eduardo Bastos*

Eficiente e competitiva, de importância na economia brasileira, a pecuária está em franca evolução, mas precisa desenvolver-se ainda mais. Mas, o desafio para aumentar a capacidade produtiva da atividade está lançado. Com isso, tornou-se preponderante que, no processo de gestão da cadeia, todas as partes envolvidas atuem em sintonia.

É necessário aumentar o suporte das propriedades, para aumentar o número de animais por hectare, reduzir o espaço necessário e otimizar a produção. Nesse contexto, cabe buscar soluções mais eficientes para todos. Pensando nisso, o Grupo de Trabalho Pecuária Sustentável (GTPS) debate e formula princípios, padrões e práticas comuns a serem adotados pelo setor. O objetivo é contribuir para o desenvolvimento de uma pecuária sustentável, socialmente justa, ambientalmente correta e economicamente viável.

O GTPS é composto por membros dos elos da cadeia produtiva: produtores, indústria, varejo, bancos, seguradoras, sociedade civil, pesquisa e extensão, dentre outros. Todos têm

compromisso com o desmatamento zero, por meio da criação de condições e formas de compensação para viabilizá-lo.

Estamos focados na gestão da pecuária sustentável, na busca da melhoria contínua e na mudança dos paradigmas de produção. As iniciativas passam por melhorar a gestão da propriedade, com aplicação de boas práticas de produção, recuperação de pastagens degradadas, responsabilidade compartilhada e bom relacionamento entre os elos.

Esses fatores possuem relação direta com o aumento da produtividade, melhoramento genético e capacitação de mão de obra. Por isso, são desenvolvidas ferramentas para o monitoramento, rastreamento e financiamento da produção, para a promoção da sustentabilidade da atividade.

Dessa maneira, o GTPS pavimenta o caminho para a sustentabilidade econômica, social e ambiental da pecuária brasileira, dando a cada um desses aspectos a mesma importância.

* Engenheiro Agrônomo, presidente do Grupo de Trabalho Pecuária Sustentável

Plano Nacional Pecuário

Mendes Ribeiro Filho*

Os olhos do mundo estão voltados para o Brasil. E não é por acaso. Somos o quinto maior produtor mundial, com domínio da tecnologia da agricultura tropical para produção de grãos, e líder na produção de energias renováveis, como biocombustíveis.

A pecuária utiliza quase um quinto do território nacional para sustentar o maior rebanho industrial de bovinos do planeta, com mais de cinquenta raças, de aproximadamente 210 milhões de cabeças. O Brasil é um grande produtor e exportador de carnes, em condições de ser também um forte concorrente no fornecimento de leite e produtos lácteos no abastecimento mundial.

No entanto, urge implementar ações para que a competitividade da pecuária brasileira não seja reduzida de maneira a prejudicar o interesse nacional duramente conquistado às custas de muito trabalho, pesquisa e dedicação.

O Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento deve criar um Grupo de Trabalho para analisar e avaliar estudos prospectivos sobre os diversos cenários, para lançar um Plano Nacional Pecuário para os próximos quarenta anos. Busca-se, com parcerias entre instituições de pesquisa, de representação dos setores envolvidos e das universidades, o recebimento de propostas. Tudo será previamente discutido e aprovado por todos os elos da cadeia produtiva.

Viver o presente com um pé no futuro. É apropriado acolher temas polêmicos, como a relação indústria-produtor, sempre em busca de experiências bem sucedidas. Serve de exemplo o caso do nosso vizinho e parceiro Uruguai, onde os pecuaristas e as indústrias de transformação mostram um entendimento amistoso, profícuo e integrado. O objetivo é construir um modelo exequível, que venha resultar numa negociação mais producente entre as partes, mirando um futuro de relações comerciais em que haja uma fidelização entre produtores e indústrias, e, assim, todos os agentes podem sair ganhando.

Para isso, ferramentas com novas tecnologias, boas práticas agropecuárias, modelos modernos de gestão com foco na sustentabilidade, melhoramento genético, classificação e tipificação de carcaça, manutenção de matrizes, aumento do desfrute, entre tantas outras ações, irão compor o referido Plano. Os diversos agentes, produtores, indústrias, pesquisadores e o Governo deverão utilizar-se de práticas, com o objetivo de melhorar a qualidade dos produtos, tornando mais eficientes os processos produtivos e aumentando suas rendas. Não só ganhará a indústria, que passará a dispor de uma matéria-prima de excelência; todos ganharão, sobretudo os consumidores, que terão à mesa produtos da mais alta qualidade a preços acessíveis. Tudo isso sem falar no acesso a mercados cada vez mais exigentes e protecionistas.

É fundamental o apoio de todos para consolidar mais uma etapa no desenvolvimento de políticas públicas ajustadas às necessidades de um tempo cada vez mais mutante e complexo, atendendo pressões do comércio para transformar práticas produtivas em mais sustentáveis.

* Ministro da Agricultura, Pecuária e Abastecimento

Apoio das instituições financeiras

O Grupo de Trabalho Pecuária Sustentável representa um fórum único, que permite o setor financeiro dialogar com todos os *stakeholders* de uma das maiores cadeias de produção do País: a de carne bovina. O modelo de atuação do GTPS, envolvendo todos os atores, permite que os bancos ajudem a construir uma solução em conjunto para o desafio da sustentabilidade nesta indústria, pois temos clientes na cadeia inteira.

Como bancos de liderança neste processo, o IFC, Rabobank e Santander têm desempenhado um papel-chave nas discussões desde as primeiras reuniões informais em 2007, que, depois, levaram à criação formal da entidade em 2009.

Fazemos parte do Conselho Diretor do GTPS, ao lado de entidades representando pecuaristas, frigoríficos, o comércio varejista, fabricantes de insumos e ONGs, e convidamos os outros bancos para se juntarem a esta iniciativa como membros plenos.

A luta para se manter sustentável

Setor produtivo*

Há alguns anos, o Brasil passa por transformações tanto econômicas, quanto sociais, ao mesmo tempo em que se torna foco do mundo com relação à conservação do meio ambiente, como premissa para continuidade da vida no planeta. As mudanças no âmbito social e na economia são positivas, de um modo geral, com aumento da renda familiar, ascensão da classe trabalhadora e redução do desemprego. Seria um retrocesso, depois de muito tempo de luta por essas conquistas, negar à sociedade os direitos antes pertencentes somente aos ocupantes das classes A e B.

Os direitos conquistados passam pelo acesso à saúde, ao transporte de qualidade, até mesmo à alimentação balanceada e satisfatória. Isso, inevitavelmente, remete ao aumento no consumo de proteína vermelha. A migração no consumo das famílias brasileiras da carne de aves para a carne bovina é natural quando há aumento de renda. Diante desse consequente crescimento de demanda no mercado, há necessidade de incremento na produção.

Além da realidade brasileira, é preciso considerar também o cenário internacional, como o aumento da população mundial e do poder aquisitivo nos países asiáticos, outros importantes fatores que causam crescimento da demanda mundial da carne.

Porém, juntamente com crescimento da produção, é preciso haver redução dos impactos ambientais, conservação das áreas de preservação e até recuperação do que foi erroneamente desmatado. Esse pré-requisito, antes visto como empecilho para a pecuária, agora, passa a ser fator primordial na hora de produzir. Ampliar produtividade e reduzir danos ao meio ambiente é comprovadamente possível, desde que adotadas as tecnologias existentes.

No estado do Mato Grosso, por exemplo, houve uma redução na área de pastagem de 25,7 milhões de hectares para 24,9 milhões de hectares nos últimos quatro anos, ao mesmo tempo em que o rebanho aumentou de 25 milhões para 29 milhões. Ou seja, houve redução de 3% na área de pastagem e aumento de 13% no número de animais, consequência da melhor produtividade, que passou de 1 para 1,17 cabeça por hectare.

Atender a demanda de carne e as exigências ambientais depende do investimento em tecnologias, como melhoramento genético, recuperação de pastagens, suplementação alimentar, confinamento, integração lavoura-pecuária e profissionalização da gestão da propriedade. Porém, para adquirir tais tecnologias, os pecuaristas precisam de incentivos por parte do Governo, com linhas de financiamento acessíveis e compatíveis com a realidade da atividade, qualificação dos proprietários e capacitação da mão de obra.

Esse apoio ainda não chegou ao lado de dentro das porteiras e há cada vez mais cobranças por parte da sociedade e dos mercados para que a produção seja de qualidade e sustentável. Essa realidade tem levado os pecuaristas a lutarem, diariamente, para se manter na atividade, com a redução de rentabilidade em prol da produção de proteína vermelha. Uma decisão que pode não ser permanente caso não haja contrapartidas para manutenção da pecuária.

* Associação Brasileira da Pecuária Orgânica (ABPO), Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (FAMASUL) e Associação dos Criadores de Mato Grosso (ACRIMAT)

Responsabilidade sobre um futuro sustentável

Ramiro de La Cruz*

O desafio global da sustentabilidade é uma realidade que está sendo progressivamente incorporada às estratégias do setor privado. A assimilação desse conceito permite parcerias entre a indústria, o Governo e sociedade civil. Isso cria um ambiente de incentivo ao uso consciente de recursos naturais, prática da economia de baixo carbono e de ações socialmente inclusivas.

Essas ações podem ser observadas em programas realizados por empresas engajadas com o compromisso de tornar a produção agropecuária uma atividade que cumpra seu papel produtivo e econômico de uma forma social e ambientalmente correta.

Ações de conscientização são mais frequentes, de modo a levar o conhecimento necessário ao campo e permitir a renovação de prática pelos produtores, com o uso correto das tecnologias e soluções desenvolvidas pelas companhias de insumos.

A recuperação de áreas degradadas é uma realidade cada vez mais presente no Brasil. A transformação é visível em diversas regiões do País e incentiva as partes interessadas a continuar na pesquisa e desenvolvimento do trabalhado árduo em busca do equilíbrio ambiental na pecuária.

Outro desafio é o destino dos resíduos gerados por produtos. Consciente de sua responsabilidade ambiental, algumas companhias já adotam embalagens sustentáveis e realizam ações de coletas, minimizando os impactos ambientais.

Certamente, a responsabilidade do que virá no futuro não é exclusiva da indústria, do Governo ou até mesmo da sociedade, porém é imprescindível que cada um tenha consciência de sua parcela. Dessa forma, com a participação de múltiplas partes interessadas, será possível alcançar o desenvolvimento econômico e produtivo, aliado à responsabilidade socioambiental e a um futuro com mais qualidade de vida e melhores condições para todos.

* Presidente da Dow AgroSciences Brasil

A Visão da Indústria

Fernando Sampaio*

A indústria frigorífica tem uma visão bastante simples de sua atividade e seus objetivos.

Em primeiro lugar, busca o lucro. Voltando a Adam Smith, "não é à bondade do açougueiro que devemos nosso bife, mas ao seu empenho em ganhar dinheiro vendendo carne." Segundo levantamento realizado pela FEA/USP, o sistema agroindustrial da carne bovina movimentou cerca de US$ 168 bilhões em 2010. Ganham não só a indústria da carne, mas os pecuaristas, os trabalhadores, os fornecedores de insumos, os supermercados e açougues, os segmentos industriais que se abastecem de subprodutos do boi.

Obviamente, em uma sociedade de informação, a busca do lucro é cada vez mais pressionada a ser feita de forma socialmente justa e ecologicamente correta. De um lado, os consumidores têm o direito de saber como são produzidos os bens que consomem; de outro lado, os bancos, investidores e acionistas possuem igualmente o direito de saber o que o dinheiro que eles colocam em determinada atividade financia.

As grandes indústrias brasileiras, especialmente as de capital aberto, que buscam investimento, junto àquelas inseridas no mercado internacional, entenderam essa dinâmica e se empenham no esforço extraordinário da organização, controle e monitoramento de seus processos.

Em segundo lugar, a iniciativa privada, para obter seu lucro de forma responsável, precisa de um ambiente de negócios com regras claras, factíveis e válidas para todos, o que está longe de ser adequado no Brasil.

Embora a indústria seja vista por diversos segmentos da sociedade como um instrumento a ser utilizado para se conseguir uma regularização fundiária, ambiental e trabalhista no campo, a falta deste ambiente de negócios causa distorções e penaliza justamente quem está tentando adequar-se ao mercado.

Não temos regras claras quando: 1) o Código Florestal, por exemplo, nasce a fórceps, com detalhes que ainda precisam ser esclarecidos aos produtores; 2) a indústria é obrigada a exigir um cadastro ambiental rural, mas o governo federal dá prazos maiores para que isso aconteça; 3) dizem que as indústrias não podem comprar animais em terras indígenas, enquanto povos indígenas produzem e comercializam gado.

Temos exemplos de propriedades rurais "griladas" por unidades de conservação demarcadas à revelia de matrículas legais de terra preexistentes, bem como de produtores com protocolos de licença ambiental, reservas e APPs averbadas.

Hoje, cerca de metade do abate nacional não está sob as normas sanitárias da inspeção federal. Esse é um problema gigantesco, com imensos riscos à saúde pública e rombo na arrecadação fiscal de estados e municípios. Estariam estes abates cumprindo critérios socioambientais na originação de sua matéria-prima? Estariam preocupados com a saúde e segurança de seus trabalhadores, ou dos trabalhadores de seus fornecedores?

A pecuária ocupou a Amazônia, depois de décadas de incentivos de sucessivos governos brasileiros para que o território nacional fosse ocupado. A indústria foi atrás de sua matéria-prima e de seu lucro, mas não pode ser culpada pela desorganização com a qual a ocupação do território se deu. Deve e está cumprindo seu papel de controlar seus processos, mas seu alcance é limitado.

A nossa visão é de que a pecuária deve se estabelecer na fronteira agrícola, em áreas com ocupação consolidada, em *clusters* em torno das indústrias e da infraestrutura aí estabelecidas.

Dentro destes *clusters*, podemos identificar onde estão seus fornecedores, quais são as áreas de maior e menor risco. Teríamos não só "municípios verdes" expandidos para a indústria trabalhar sem riscos e sem ameaças. O poder público saberia onde devem ser focados esforços de regularização e de fomento (crédito e assistência técnica) para a pecuária.

No Grupo de Trabalho Pecuária Sustentável, a iniciativa privada pode encontrar o poder público para que isso aconteça. Os produtores em situação regular podem ser ajudados a melhorar sua eficiência econômica. Para os produtores em situação irregular, devemos apontar uma porta de saída para a sua regularização e não exclusão da cadeia formal.

Quanto aos municípios onde a dinâmica do desmatamento acontece, é preciso que existam políticas públicas para fomentar uma economia que mantenha a floresta em pé e sustente estes municípios. O extrativismo, o manejo racional de florestas públicas, a aquicultura e outras atividades a ser exercidas passam por um calvário de burocracia, que afugenta o investidor privado com alguma noção de risco.

A indústria assumiu plenamente suas responsabilidades e está em constante diálogo com o poder público, com produtores e com a sociedade civil para melhorar cada vez mais seus processos.

O monitoramento de matéria-prima da indústria da carne na Amazônia é a maior iniciativa do gênero no mundo. O Programa Municípios Verdes, no Pará, pela primeira vez conseguiu que os municípios tivessem a gestão do seu território rural. Existem iniciativas entre a indústria, a CNA e o Ministério da Agricultura para modernizar a rastreabilidade animal no País. A indústria participa ativamente do GTPS. Entre as iniciativas a serem levadas adiante, salientamos a varredura e modernização do sistema cartorário brasileiro, bem como o fomento a uma economia florestal na Amazônia. ■

* Diretor executivo da ABIEC



ROBERTO AMARAL

XXV Fórum Abag

A Agronomia e a Produção de Alimentos e Energia

Profissional seguro e diferenciado

José Vicente Caixeta Filho*



Iniciamos trabalho de inovação focado em ensino, pesquisa e extensão, na perspectiva de desenvolver um profissional mais seguro e diferenciado, tomador de decisões e adequado às demandas do mercado de trabalho. A sua chance de sucesso será maior se tiver estoque de conhecimento sólido e claro do chamado mundo real. É preciso relacionamento nos mais diversos tipos de ambientes, para a construção do *networking*. Ninguém consegue resolver nada sozinho.

O estado de São Paulo sempre foi um ícone importante para a agricultura. Nesse sentido, vemos com entusiasmo essa participação efetiva e integrada das instituições aqui representadas, que certamente têm esse objetivo comum. Queremos o crescimento do agronegócio e da agricultura paulista e brasileira. Cada um tem o seu papel para fazer.

A Esalq, enquanto instituição de ensino, pesquisa e extensão quer formar excelentes profissionais. Essa missão será facilitada a partir de oportunidades e ambientes como esses, onde essa interação e a troca de ideias sejam realizadas com franqueza, transparência e objetividade.

*Diretor da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ-USP)

Cadeias produtivas equilibradas

Luiz Carlos Correa de Carvalho*



Na preparação dos fóruns, preocupamo-nos com a presença da mídia para trabalharmos a questão da imagem do agronegócio. A Esalq significa esse campus excepcional do agronegócio. Junto com a AEASP e o CREA, a nossa presença se reveste de importância. Julgamos essencial a realização desses encontros anuais.

Nos anos 1000, o centro econômico no mundo estava na Ásia. Nos séculos XIX e XX, migrou para o Ocidente. Entre 2000 e 2010, a Ásia voltou para a posição de liderança. Vivemos o momento em que a demanda supera a nossa capacidade de ofertar. Navegamos em nova geopolítica neste século XXI.

A visão da Abag é para o equilíbrio das cadeias produtivas do agronegócio. Esse é o nosso grande esforço nos próximos anos. A cadeia da cana montou o seu sistema. A laranja e a pecuária se movimentam. Essa é uma tendência natural. A pressão para o agronegócio gerar produção e acesso de alimento e energia para o consumidor é de escala mundial. Esperamos políticas públicas adequadas ao agronegócio, que é a força motriz deste país.

*Presidente da Abag

Cursos profissionais



Pedro Katayama*

O presidente do CREA-São Paulo, o engenheiro civil Francisco Kurimori, passou-me a incumbência para realizarmos um grande evento para a agronomia. Contamos com a parceria da Abag, AEASP e a SAA para cumprir essa missão. Enxergamos o CREA como órgão arrecadado. Cerca de 16% do valor recolhido pelas Anotações de Responsabilidade Técnicas (ARTs) retornam para a AEASP ou a associação municipal. Somos 300 mil profissionais registrados. O CREA montou o sistema do CREAnet, para facilitar a arrecadação e ofertar cursos profissionais. Daremos outros passos para frente.

*Vice-presidente do CREA

Busca de consenso



Mônika Bergamaschi*

Em 1997, na Abag, estudamos se não tem ou falta agrônomo para o mercado. Em 2005, participamos de outro trabalho semelhante. Fizemos diagnósticos e mobilizamos, mas isso não impede o aparecimento de novas demandas. Assistimos o crescimento enorme da demanda por alimento, fibra e energia. Apesar do desenvolvimento tecnológico e a produtividade conquistada, ainda faltam respostas para ofertarmos com sustentabilidade.

Sabemos que a segurança alimentar e energética é desejável para garantir a democracia e a paz. A solução está na pesquisa e na inovação. A demanda é por profissional de boa formação e em constante renovação e atualização.

O tamanho médio da propriedade em São Paulo é de 62 hectares. Existe uma quantidade enorme de pequenos agricultores sem acesso a gestão e tecnologia. Precisamos de extensão rural e defesa sanitária para o agricultor obter renda e permanecer na atividade.

O nosso papel passa pela valorização do profissional de Ciências Agrárias como "fazedor da diferença". Na comunicação, perdemos com esse olhar de abastecimento da população brasileira e mundial. O pessoal quer o etanol, mas não a cana; o óleo de soja, e não a soja, e assim vai. A dimensão e a importância do que isso representa podem ser colocadas pelo profissional das Ciências Agrárias.

Vamos discutir essa parte de melhorar, em conexão com o dinamismo do agronegócio, que é a locomotiva de São Paulo e do Brasil. Com mais países em desenvolvimento, as pessoas terão renda. A sociedade vai às ruas e clama por segurança, transporte, educação e saúde. Sem a falta de comida, a agricultura fica fora e não somos percebidos pela nossa importância. Com base nessa força é distribuído o orçamento. Mesmo assim, se dez vezes nascesse, dez vezes seria agrônoma.

*Secretária da Agricultura do estado de São Paulo

Valorização profissional



Angelo Petto Neto*

A valorização profissional, muitas vezes, é encarada só do ponto de vista do conhecimento técnico. Entendemos, porém, a situação muito mais complexa, pois estamos inseridos no contexto de sociedade.

Até a década de 60 e 70, nas solenidades dos municípios, a mesa era integrada por quatro pessoas: o prefeito, o juiz de Direito, o padre e o engenheiro agrônomo da casa da lavoura. A agronomia era reconhecida no mais alto patamar, bem diferente dos dias atuais. Precisamos resgatar essa posição.

Existe uma divisão implantada na agricultura, que é única na orgânica e tradicional, seja na propriedade pequena, média e grande, de modelo empresarial ou familiar. Isso abriu uma separação entre os agrônomos da Academia, Pesquisa, Extensão do Governo e da iniciativa privada.

Contamos com as associações, o conselho profissional e os sindicatos (patronais e de empregados), que precisam estar agregados e unidos, pois a sociedade precisa da produção agrícola.

Participamos, em agosto, do VI Congresso Nacional de Engenheiros Agrônomos (Conea), realizado em Mar del Plata, na Argentina. O discurso é o de agregar valor ao produto. Exportar uma tonelada de trigo tem um valor; exportar uma tonelada de bolacha tem o valor bem maior e traz benefício, emprego e renda para a sociedade.

Também estivemos, em setembro, no V Congresso Mundial de Engenharia Agronômica, realizado em Quebec, no Canadá. A tônica foi nutrir o mundo. O encontro ratificou o desejo de formar profissionais de alto nível de conhecimento tecnológico para dar a resposta demandada pela sociedade.

Em Quebec, assistimos à assembleia da Associação Mundial de Engenheiros Agrônomos (Amia), com a reeleição de Maria Cruz Alvarez, da Espanha, como presidente; da Associação Pan-Americana de Engenheiros Agrônomos (Apia), presidida pelo

mexicano Héctor Delgado, fundada por trinta e três países, em 1994, no Chile, com a presença de um brasileiro, do estado de Santa Catarina: Carlos Pieta Filho.

Há espaço para os profissionais de Ciências Agrárias dentro do sistema público e particular. É como nas brincadeiras das crianças: cada um tem seu quadrado. Já estabelecido no passado, o engenheiro agrônomo deve lutar para que seu espaço seja respeitado. O cunho espiritual e religioso desse trabalho conjunto é não desanimarmos quando não atingirmos os objetivos no tempo que nos regula – *cronos* –, do dia, mês, ano. Devemos ter paciência, com persistência, para aguardarmos o tempo supremo de Deus – *kairós* –, do oportuno.

*Presidente da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo

Ocupação e uso do solo: Gestão Territorial

Claudio Spadotto*



O território rural é alterado por expansão, concentração, intensificação, diversificação e substituição de atividade, que ocorrem, ao longo do tempo, em diferentes regiões do País. A infraestrutura, a urbanização e as ações regulatórias e normativas transformam os territórios rurais e afetam a competitividade e a sustentabilidade da agricultura.

Diante da dinâmica da agricultura no seu espaço geográfico, a gestão territorial insere-se no planejamento, implantação e acompanhamento das políticas públicas e dos setores privados. O uso de geotecnologias, convertidas em ferramentas de sistematização de informações e conhecimento, auxilia e aumenta a eficiência da gestão territorial.

Na ocupação do território brasileiro, temos limitações para a exploração. Na visão da agricultura, isso ocorre pela definição de áreas. Com 8,5 milhões de quilômetros quadrados, a ocupação definida corresponde a 64% e a não definida, a 36%.

Temos novas demandas de áreas de proteção ambiental, indígenas, quilombolas e assim por diante, em torno de 6 milhões de quilômetros quadrados. Certamente, teremos falta de áreas. Como a gestão territorial assume importância, precisamos capacitar recursos humanos.

Ouvimos falar sobre a abundância e capacidade para expandir área para a agricultura brasileira cumprir seu papel de produção de alimentos, fibras e energia para o mundo. Continuaremos no caminho do aumento da produtividade, mas não há como cumprir esse papel sem expansão de área.

A distribuição geográfica da produção agropecuária no País pode ser montada a partir da Produção Agropecuária Municipal (PAM) do IBGE, de 2010. Isso foi feito para quarenta culturas. A participação dos vinte maiores municípios produtores de cana-de-açúcar, no total da produção nacional, é de 12,4%. No dendê, chega a quase 100%. Entre os casos intermediários, o algodão com 71,4% da produção nacional. A soja aparece com 22,0%, com concentração na região Centro-Oeste (Sorriso, Sapezal, Nova Mutum, etc).

A concentração geográfica da produção tem implicações em termos de infraestrutura, armazenagem e abastecimento dos centros consumidores, indústria de processamento e portos de exportação.

Outra metodologia trabalha com microrregiões, em torno de dez municípios. Aplica-se o índice Gini, que varia de 0 a 1: quanto mais próximo de 1, maior a concentração geográfica da cultura. Veja a enorme concentração geográfica da cultura do algodão, com índice de 0,941. A microrregião de Barreiras concentra 25% da produção nacional. A ocorrência de intempéries, pragas e doenças pode ser comprometedora.

Existe o levantamento dos municípios necessários para se chegar a 25% da produção. No caso do algodão, em torno de dez municípios, ela congrega. No arroz, apenas três municípios.

As estratégias de ação para o aumento da produtividade diminuem a pressão por abertura de novas áreas. É fundamental mostrar as realizações da agricultura na área de preservação, com a revolução da produtividade de algumas culturas. Podemos trabalhar no território nacional ou priorizamos algumas regiões?

Brasil: Ocupação de terras

Ocupação	Percentual
Definida	**64%**
Agropecuária	25%
Terras indígenas	15%
Unidades de conservação	14%
RL e APP	5,9%
Áreas de quilombolas	1,0%
Áreas urbanas	0,25%
Outras (parques e forças armadas)	3,0%
Não definida	**36%**

Fonte: EMBRAPA

Estratificamos os produtores. Vinte e nove microrregiões do País têm grandes áreas de produção de grãos; não necessariamente grandes propriedades. A somatória de pequenas propriedades pode dar destaque para uma microrregião em determinada cultura. A gestão territorial pode ajudar na avaliação do impacto de aumentar a produtividade média, bem como no direcionamento dos trabalhos de melhoramento em função da aptidão agrícola.

A Embrapa, no ano passado, criou a Embrapa Gestão Territorial. Éramos uma área chamada de área de gestão territorial estratégica, dentro da Embrapa Monitoramento por Satélite. O foco é subsidiar a tomada de decisão de políticas públicas ou mesmo nos setores privados. Priorizamos uma ferramenta, com imagem de satélite, para enxergar o agronegócio inserido num contexto todo.

*Pesquisador da EMBRAPA

Matriz de Conhecimento

José Otávio Menten*



O Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA) trabalha no desenvolvimento da matriz de conhecimento profissional. Falamos da importância dos profissionais bem formados e as suas atribuições profissionais.

O conhecimento profissional é um processo em construção. Temos o decreto federal 23.196, de 1933, do presidente Getúlio Vargas, promulgado em 12 de outubro, que ficou sendo o Dia do Engenheiro Agrônomo. Naquela época, o decreto tinha força de lei. A resolução 218/73 do CREA, no seu art. 5, esmiúça as atribuições. Depois, veio o conselho profissional com as atribuições profissionais.

Em 2005, o CONFEA, através da Resolução 1010, chamou atenção para a responsabilidade de se realizar um estudo a respeito das atribuições profissionais de cada egresso das universidades, em função dos conteúdos das disciplinas cursadas. Em 2006, o Ministério de Educação e Cultura (MEC), através de uma resolução, apresentou algumas áreas de ação dos engenheiros agrônomos.

Em 2007, surgiu um aplicativo, em material eletrônico, com as atribuições profissionais em função do currículo. As instituições de ensino cadastram os conteúdos de cada disciplina da estrutura curricular, para serem cruzados com a matriz de conhecimento do CONFEA e dar-se as devidas atribuições profissionais.

A pedido das instituições de ensino superior e das entidades de classe, a aplicação da atribuição foi adiada. A apresentação das sugestões de aprimoramento e a sua sistematização ficou para o final deste ano. Durante 2013, teremos a divulgação e a operacionalização; em 2014, o sistema entra em vigor.

O Sistema CONFEA/CREA trabalha com área tecnológica em diversos níveis. Algumas atividades são consideradas de complexidade baixa (as de execução e manutenção), média (as de fiscalização e orçamento) e alta (as de projeto, direção, consultoria, ensino e pesquisa). A atribuição técnica é considerada uma atividade de complexidade baixa, a de tecnólogo, de média e baixa, e a do engenheiro, de alta, média e baixa.

As áreas de conhecimento da matriz de conhecimento e conteúdo possuem os planos básicos e os profissionalizantes, de acordo com o modelo de aplicativo da Confederação Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA) e da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ).

Existem três grandes áreas: Biológicas (Geral, Vegetal e Animal), Humanas Básicas (Comunicação e Expressão, Metodologia científica e tecnológica) e Exatas (Matemática, Física, Química, Estatística, Expressão, Gráfica, Informática, Cartografia, Astronomia e Dinâmica de fluidos geofísicos).

Para facilitar a sistematização, na parte profissionalizante, incluímos 19 áreas de conhecimento de Produção vegetal, 8 de Produção animal, 14 de Processamento de produtos agropecuários, 20 na Engenharia de biossistema (Engenharia rural), 7 de Economia, Administração e Sociologia, 3 de Biotecnologia e 10 de Recursos naturais e Manejo ambiental.

Compete verificarmos se o engenheiro agrônomo, com esse perfil generalista e eclético, realmente deve ter todas essas competências. Fizemos um exercício durante o Congresso Brasileiro de Fitopatologia. O assunto deve internalizar-se em diferentes áreas. Discutimos a matriz de conhecimento na área específica de Fitopatologia. Foram sugeridos outros conteúdos. Essa é maneira para fazermos o aprimoramento e darmos um balizamento amplo para as escolas da área tecnológica.

O Brasil conta com mais de 230 escolas de Engenharia agronômica, Em 2010, graduaram 7 mil engenheiros agrônomos, com 17 mil vagas abertas, para 70 mil candidatos. A juventude está interessada nas áreas agronômicas

Solicitamos ao CONFEA que se elabore uma matriz adequada para Engenharia agronômica. As outras profissões também devem fazer isso. Não importa as áreas de sombreamento. O importante é esmiuçar os conteúdos necessários para cada área de conhecimento. É uma oportunidade para a sociedade, representada pelas entidades, indicar o perfil mais adequado do profissional necessário para o Brasil, hoje e, pelo menos, a médio prazo. ■

* Professor da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz e Conselheiro do CREA



D/Araújo

RESISTENTE
A PRODUTOS QUÍMICOS,
CHOQUES TÉRMICOS E,
PRINCIPALMENTE,
À COMPARAÇÃO
COM OUTRAS MARCAS.

Linha KeraFloor Gail. Mais durabilidade e qualidade.

A indústria requer um piso forte e resistente. Por isso, a Gail investiu muito em tecnologia e pesquisa para desenvolver uma cerâmica anticorrosiva e resistente a ácidos e diversos reagentes químicos. Só a Gail tem a solução completa, com maior mix de peças, rejuntes e argamassas anticorrosivas, ideais para cada fase da produção. Além disso, este piso possui característica antiderrapante e é fácil de limpar. Na hora de escolher a sua cerâmica, escolha quem tem mais de 200 anos de tradição.





GAIL
DESAFIE SUAS IDEIAS

Formatos (cm): 24x11,6 - 11,6x11,6 - 24x5,4 - 18x18 - 24x24 - 30x18 - 30x30 - Espessuras (mm): 8 - 9 - 12 - 14 - 17 - 22

ESCOLHA A ORIGINAL

www.gail.com.br
(11) 2423.2626

Pesquisa e desenvolvimento

Novas moléculas para a agricultura

Matthew Phillips*

A indústria de agroquímicos para a proteção de plantas passou por consolidação, com a diminuição do número de empresas. Cada vez mais, as tecnologias precisaram estar adaptadas para as exigências do mercado. Mesmo para as grandes companhias, que dispõem de portfólio de produtos bastante ampliado, ficou difícil encontrar algo mais original. Em termos econômicos, o potencial de retorno nesse negócio ficou reduzido.

Na Europa, Estados Unidos e Japão, a partir de 1991, houve um recadastramento de produtos com criação de dossiês e estabelecimento de requisitos. Apesar de muitos daqueles produtos mais antigos ficarem inviabilizados e terem de ser substituídos, espaços abriram-se para novos itens.

De 503 produtos chamados para recadastramento, 281 deixaram o mercado da União Europeia por questões comerciais ou de recusa no processo de avaliação. Existem 365 produtos na espera de decisões, sendo que pelo menos 10% podem ser banidos, segundo a Associação Europeia de Proteção das Culturas (ECPA). Muitos dos produtos químicos antigos, que em alguns dos casos serviam para baratear os custos, deixaram o mercado. Assim, o leque de produtos à disposição dos agricultores tem ficado mais restrito.

De 2000 para cá, o custo para desenvolver um novo ingrediente ativo saltou de US$ 184 milhões para US$ 256 milhões. Além disso, há o custo adicional de US$ 150 milhões com a proteção de molécula para o patenteamento. Portanto, é necessário ter certeza de retorno comercial significativo com uma nova molécula.

Interessante é que, nos últimos dez anos, os investimentos anuais em P e D cresceram 2,4% em cultivados e agroquímicos (mercado de US$ 40 bilhões) e 9,4% em sementes e especialidades (mercado de US$ 30 bilhões). Isso significa que a pesquisa não está relacionada com as maiores vendas das empresas no presente momento.

Em média, de cada 140 milhões de produtos sintetizados, apenas 1,3 sai da área de pesquisa e vai para o desenvolvimento. Aqui, o estudo não leva em conta o número de análogos dos produtos disponibilizados para o mercado. O tempo consumido com P e D foi de 8,3 anos na primeira venda registrada em 1995. No período de 2005 e 2008, esse tempo aumentou e passou para 9,8 anos.

O mercado de genéricos corresponde aos produtos não patenteados. Um quarto do mercado global é representado por produtos patenteados e três quartos não patenteados. Muitas empresas ainda mantêm o controle das vendas de moléculas que as mesmas introduziram no mercado. Por isso, não é correto afirmar que três quartos são genéricos. Mesmo com crescimento em termos de venda, as empresas de genéricos foram afetadas pelos procedimentos de recadastramento, pois os produtos mais velhos tiveram de sair do mercado.

A concorrência entre as empresas focadas em P e D e as de genéricos aumenta quando as tecnologias são dirigidas para produtos não patenteados. Mas, as empresas de P e D estão mais atentas à defesa dessas tecnologias dos dias de hoje, para conseguirem retorno comercial. Por isso, é preciso considerar os fatores de longo prazo influentes no comportamento do mercado global. Os preços das *commodities* e a renda agrícola aparecem em primeiro lugar. Outro ponto-chave é o aumento no custo de energia, pois cria oportunidades para a produção das culturas que servem de matéria-prima para etanol e biodiesel. ■

*Sócio da Phillips McDougall

Tendências de P e D

Há muitos ingredientes ativos novos apresentados nos anos de 1980, 1990 e 2000. Existem as introduções de herbicidas, principalmente no mercado da soja, controlado pela tecnologia geneticamente modificada (GM). Para os inseticidas, os produtos químicos para controle de lepidópteros, em especial no algodão. Nos fungicidas, a concentração é maior para frutas e vegetais. Entre os GMs, trinta e seis produtos estão atualmente em desenvolvimento e virão para o mercado nos próximos cinco anos.

Ingredientes ativos novos

Produto	1980	1990	2000	2010
Herbicidas	51	57	39	0
Inseticidas	29	37	27	2
Fungicidas	36	32	5	14
GM	12	13	10	7

Fonte: Phillips McDougall

Nos biológicos, de 262 produtos, 21 foram chamados para recadastramento, dos quais 6 não foram realizados e 15 realizados. Entre 52 moléculas, 9 podem ser consideradas como novas.

Diário de bordo

Modernizar o crédito rural



Roberto Rodrigues*

GRAÇAS À firmeza da Presidente da República, o governo brasileiro tem avançado na redução do chamado Custo Brasil, caminhando para a eliminação de complexos e renitentes gargalos do desenvolvimento equilibrado do País em geral e do campo em particular.

Foi assim quanto ao maior de todos os entraves ao crescimento da Agropecuária, a infraestrutura e a logística. Com a decisão presidencial de fazer parcerias com o setor privado, finalmente o Brasil deu a partida para o real enfrentamento desse tema, ainda que os resultados concretos demorem a aparecer. Mas finalmente o PAC vai sair do papel.

Foi assim também com os sinais para redução de taxas de juros e da carga tributária sobre energia, dois recorrentes fantasmas que assombram o País.

A finalização do desolador debate sobre o Código Florestal constitui um avanço para a segurança jurídica no setor rural, abrindo caminho para discussão sobre outros temas polêmicos, como o de terra para estrangeiros, a legislação trabalhista e outros aspectos fundiários desconfortáveis, como o das terras indígenas e dos quilombolas.

A forma lamentável como foi resolvido o problema de direção da Embrapa, por outro lado, permite o encaminhamento de uma política tecnológica articulada entre todos os atores – públicos e privados – das cadeias produtivas.

É claro que ainda cabe uma profunda reflexão sobre a política comercial externa, em função do imobilismo da Rodada de Doha da OMC, potencializado pela crise financeira que ainda ronda a Europa, embora amenizada nos Estados Unidos e na Ásia. Até mesmo uma reavaliação do Mercosul e das negociações bilaterais em que o Brasil carrega seus parceiros do bloco deve ser feita. Esta ação na política externa ganhou maior dimensão com a seca americana, que mostrou a fragilidade dos programas mundiais de segurança alimentar, abrindo ao Brasil um novo espaço negociador, incluída a perspectiva de agregar valor às exportações do agro, via industrialização e descomoditização.

E, evidentemente, faz-se necessária uma rigorosa ação no setor de defesa sanitária, seja na área animal, seja na vegetal, com a ambição de eliminar definitivamente a febre aftosa do cenário nacional e continental. Não podemos descansar enquanto essa espada estiver sobre nossas cabeças, e isso é tarefa para governo federal, governos estaduais e municipais, sem falar no engajamento do setor privado.

Mas é na política de renda rural que estão as grandes demandas. Observadores brasileiros que acompanharam os efeitos da seca nos Estados Unidos voltaram com inveja do que viram: apesar da grande quebra na produção, os agricultores estão tranquilos, porque o seguro lhes cobrirá as perdas. Nós, aqui, ainda patinamos nesse ponto essencial, embora a lei do Seguro Rural exista desde 2003!

Também no crédito rural há muito a fazer, mas alguns pontos podem ser destacados.

Em relação à simplificação do crédito, por exemplo, deveríamos:

– admitir o crédito rotativo para as operações de crédito rural, estendendo-o a vários ciclos de culturas: seria o crédito sistêmico no campo;

– dispensar a exigência de certidões na contratação de operações de crédito, bastando consultar o CADIN;

– tornar facultativa a exigência de orçamento, cabendo ao agente financeiro analisar cada demanda;

– padronizar as normas de crédito rural, independente da fonte;

– padronizar as taxas de registro em cartório para títulos de financiamento rural, como CCR, CPR e outros.

E para mitigar os riscos inerentes ao negócio, seria necessário:

– instituir planos de safra plurianuais;

– criar fundos garantidores de crédito, com participação dos governos e do setor privado;

– universalizar os mecanismos mitigadores de risco, abrangendo todas as fontes de recursos;

– ampliar o volume de recursos para subvenção do seguro agrícola.

Se essas providências fossem tomadas, uma verdadeira estratégia agropecuária começaria a ser implantada no País. ■

*Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV e embaixador da FAO para o Ano Internacional do Cooperativismo

Produzir

Encruzilhada do agro



Cesário Ramalho da Silva*

O AGRO brasileiro bateu no teto. O setor cresceu tanto em produtividade – 4,5% ao ano nas últimas duas décadas –, mas mesmo este enorme avanço está chegando ao seu limite. E isso acontece num momento crucial da história, em que o mundo conta com o Brasil como fornecedor de alimentos, energia renovável e fibras. A demanda do mercado doméstico só aumenta, assim como nos países emergentes, sem se esquecer, claro, dos Estados Unidos, Europa e Japão, que, apesar de saturados, são mercados de consumo constante e que pagam mais.

Uma correlação de fatores pressiona o início de um novo ciclo de crescimento do agro. O primeiro é que faltam terras agricultáveis. No Cerrado – principal região produtora de grãos do País –, existem apenas mais 7 milhões de hectares disponíveis dentro das propriedades rurais. O restante está ocupado.

Muito se fala sobre as pastagens degradadas, que podem ser incorporadas à agricultura. Os números não são exatos, mas situam-se em torno de 100 milhões de hectares. O problema é que o uso destas áreas passa pela disseminação de tecnologia. A expansão da integração lavoura-pecuária-floresta é um grande trunfo, mas não basta. O tratamento de solos deteriorados custa, e muito.

Somado à questão da recuperação dos solos, há também o desafio dos custos de acesso à tecnologia, cada vez mais caros. Mesmo a expectativa de avanço das segundas safras – principalmente do milho – passa, necessariamente, por levar tecnologia ao produtor rural, especialmente o da agricultura familiar e o médio. O produtor precisa de financiamentos com prazos mais extensos, que amortizem os investimentos.

Pesquisa e extensão rural

E aí chegamos a uma encruzilhada. Apesar de termos desenvolvido a maior agricultura tropical do mundo, o Brasil, agora, está ficando para trás em Ciências Agrárias. Uma defasagem tecnológica acentuada fará com que países que antes não nos traziam riscos passem a trazer.

Nosso maior expoente, patrimônio da pesquisa agrícola nacional, a Embrapa, está em crise. Ícone da revolução tecnológica do agro brasileiro, a empresa perdeu terreno nos últimos tempos, como, por exemplo, na área de desenvolvimento de cultivares. Atualmente, cerca de 70% de novas variedades de soja, 60% de milho e 80% de algodão vêm de programas de melhoramento genético da iniciativa privada.

E além de perder ano a ano recursos, teve seu orçamento reduzido ainda mais recentemente, numa troca de verba governamental para financiar o seguro rural, outra prioridade do agro, aliás. É a síndrome do cobertor curto do dinheiro público. Contudo, alimentamos a expectativa de dias melhores com a nova gestão da empresa.

Mas, mesmo se tivéssemos uma sequência de lançamento de novas tecnologias, o problema não estaria resolvido, afinal não existe extensão rural no Brasil. Hoje, o produtor, especialmente o pequeno e o médio, não conta com nenhum suporte público tecnológico. Porém, a sábia iniciativa da presidente Dilma de lançar um novo esforço de extensão rural foi muito bem-vinda.

Coordenação

Este vaivém de questões que são chave para o agro exige uma melhor integração institucional do ambiente político que envolve e impacta o setor.

Decisões-chave estão espalhadas por vários ministérios. Essa fragmentação gera políticas públicas conflitantes. Exemplos? O Ministério do Meio Ambiente diz uma coisa; o da Agricultura pensa outra em relação a questões ambientais. O etanol está sob o guarda-chuva de várias pastas, do Mapa, do Ministério das Minas e Energia, da Fazenda, e assim vai.

Ou ainda, ações de defesa sanitária, nas quais o Mapa traça uma estratégia de combate a doenças, de vacinação, mas os recursos não são liberados por outros ministérios.

A verdade é que falta uma estratégia de integração por parte do Estado para o agro brasileiro. E isso pode fazer o País perder o momento histórico em que há um chamamento pelas coisas que vêm da agricultura. O mundo quer o que temos. Está na hora de efetivamente nos prepararmos para cumprir e tirar proveito dessa missão. ■

*Produtor rural e presidente da Sociedade Rural Brasileira

Opinião

Impulso à agricultura familiar



Mônika Bergamaschi*

O GOVERNADOR Geraldo Alckmin anunciou, em setembro, um repasse de recursos que dará mais um impulso à agricultura familiar, ao desenvolvimento sustentável e à competitividade agrícola do estado. Foram mais de R$ 15 milhões destinados a trinta e oito propostas de negócios contempladas pelo Projeto de Desenvolvimento Rural Sustentável Microbacias II - Acesso ao Mercado.

Executado pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento, por meio da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) e pela Secretaria do Meio Ambiente, via Coordenadoria da Biodiversidade e Recursos Naturais (CBRN), o Microbacias II tem orçamento de US$ 130 milhões, sendo US$ 78 milhões oriundos do Banco Mundial e US$ 52 milhões de contrapartida do Tesouro do Estado. A estimativa é que será possível apoiar cerca de 300 iniciativas de negócios até o término do projeto, em 30 de setembro de 2015.

O Microbacias II dá continuidade ao Programa Estadual de Microbacias Hidrográficas, realizado entre 2000 e 2008, que teve como foco a aplicação de práticas conservacionistas, recomposição de matas ciliares, combate à erosão e apoio a mais de 400 associações e cooperativas de produtores formadas no período. Nesta segunda etapa, a atenção está voltada para o apoio às iniciativas de negócios, para facilitar o acesso ao mercado dos produtos da agricultura familiar.

A CATI iniciou o processo cadastrando as organizações de produtores formalmente constituídas. Somente são aceitas manifestações de interesse e propostas de planos de negócios apresentadas por associações ou cooperativas. Além disso, como condição, são elegíveis apenas aquelas organizações que possuírem mais de 50% de agricultores familiares em seus quadros sociais.

Na primeira chamada pública, 135 entidades manifestaram interesse em elaborar uma proposta, e 92 delas entregaram seus planos de negócios. Destes, 38 foram aprovados nos aspectos técnico, mercadológico e ambiental e puderam receber os recursos.

Ao menos 1.200 famílias serão beneficiadas diretamente, envolvidas em cadeias produtivas como a do leite, olericultura, café, mel, fruticultura, dentre outras, e empreendimentos voltados para a implantação de agroindústrias, logística de transporte, processamento e criação de marca, para citar apenas alguns.

Até 70% do valor total de cada proposta podem ser reembolsados, a fundo perdido, desde que a iniciativa de negócio contemple um investimento coletivo voltado para o mercado, ou mesmo apoios individuais, caso estejam diretamente relacionados à produção de matéria-prima do empreendimento selecionado.

A operação de repasse é feita por meio do Fundo de Expansão do Agronegócio Paulista (Feap), responsável pela área de crédito e seguro rural da Secretaria, sendo que o Banco do Brasil atua como agente financeiro da operação. O limite de recursos é de até R$ 800 mil por organização, e de até R$ 10 mil para investimentos individuais.

O cronograma de implantação, parte integrante do plano de trabalho, é acompanhado por um técnico da CATI, para verificação de cada etapa executada e liberação de recursos diretamente na conta da entidade ou do agricultor familiar participante, o que simplifica o processo. Importante destacar que o trabalho de sensibilização e orientação das entidades foi realizado ao longo de um ano e meio, com ênfase para o projeto propriamente dito, as ferramentas de gestão, a análise das oportunidades que o mercado oferece e a obtenção de documentos, certidões e licenças necessários.

Importante: para as próximas chamadas, que cada organização esmere-se na elaboração de consistentes planos de negócios, que devem se traduzir na melhoria da qualidade dos produtos, no aumento da renda e na valorização da organização e do trabalho coletivo. Sem todo esse apoio, não haveria meios para o desenvolvimento dessas novas oportunidades. Com o Microbacias II, ganham os agricultores paulistas, os consumidores, o Estado e toda a sociedade. ■

*Secretária de Agricultura e Abastecimento do estado de São Paulo

Máquinas agrícolas

Preços médios de colheitadeiras em outubro de 2012 (R$/unidade)

COLHEITADEIRAS	MODELO	SÃO PAULO	MINAS GERAIS	GOIÁS	MATO GROSSO
Massey Fergusson	MF 32	310.000	420.000	380.000	390.000
Massey Fergusson	MF 9690	450.000	550.000	550.000	590.000
New Holland	CR 9060	710.000	763.441	690.000	760.000
New Holland	CS 660	445.200	610.000	560.000	590.000
New Holland	TC 5090	400.000	430.108	410.000	495.000
New Holland	TC 5070	330.000	354.839	370.000	430.000
Valtra	BC 6500	513.000	590.000	534.700	600.000
Valtra	BC 7500	544.000	630.000	646.970	700.000
Valtra	BC 4500	304.000	340.000	396.800	380.000
Jonh Deere	1175 HY	380.000	405.000	428.000	358.550
Jonh Deere	9470	475.000	541.500	665.000	502.000

Fonte: Scot Consultoria

Preços médios de tratores em outubro de 2012 (R$/unidade)

TRATORES	MODELO	SÃO PAULO	MINAS GERAIS	GOIÁS	MATO GROSSO
Massey Fergusson	MF 4292/4	107.000	128.000	118.000	120.000
Massey Fergusson	MF 7140/4	155.000	148.000	145.000	145.000
Massey Fergusson	MF 7370/4	201.000	170.000	215.000	220.000
New Holland	TM 7020	170.000	182.796	170.000	200.000
New Holland	TM 7040	190.000	204.301	185.000	220.000
New Holland	T 745	210.000	235.000	240.000	310.000
Valtra	BM 125-4	117.000	133.000	133.000	140.000
Valtra	BM 185-4	176.000	190.000	194.800	215.000
Valtra	BM 205-4	190.000	205.000	208.900	230.000
Jonh Deere	7210	251.000	302.800	294.000	279.000
Jonh Deere	8335	375.000	596.000	622.000	330.000

Fonte: Scot Consultoria

Preços médios de arados de discos e aivecas em outubro de 2012 (R$/unidade)

ARADOS	FABRICANTE	DISCOS/AIVECAS	POTÊNCIA DO TRATOR (CV)	LARGURA (M)	PREÇO
DISCOS					
AFL 3	TATU	3	50-60	0,70 a 0,95	5.750,00
AFL 4	TATU	4	70-80	0,90 a 1,12	6.800,00
AFL 5	TATU	5	85-95	1,10 a 1,40	8.100,00
ARADO FIXO AF 328	Santa Izabel	3	65	0,80 a 0,96	5.500,00
ARADO FIXO AF 526	Santa Izabel	5	100	1,34 a 1,70	7.250,00
AIVECAS					
FIXO AAH	TATU	2	75-85	0,90	2.700,00
FIXO AAH	TATU	3	90-100	1,35	3.500,00
FIXO AAH	TATU	4	105-120	1,80	4.800,00
REVERSÍVEL AAR-3	TATU	3	120	1,35	4.000,00
REVERSÍVEL AAR-4	TATU	4	140	1,80	5.500,00

Fonte: Scot Consultoria

Exemplo de financiamento

Veja um exemplo de financiamento para que o produtor tenha facilidade de decisão.

Considere um agricultor que queira, em outubro de 2012, comprar um trator Massey Fergunson, modelo MF 7370/4, cujo preço é R$ 201.000,00 em São Paulo. O financiamento do bem, para uma entrada de 20% (R$ 40.200,00), é apresentado abaixo, em reais. O prazo de pagamento é de cinco anos e a amortização é semestral, pelo calendário civil (primeira parcela para fevereiro de 2013). A taxa de juros para a modalidade MODERFROTA é de 5,5% a.a. (PAP 2012/2013). No final do financiamento, o produtor terá pagado R$225.945,02 pelo trator.

DATA DE VENCIMENTO	SALDO DEVEDOR	AMORTIZAÇÃO	JUROS	PRESTAÇÃO	PARCELA
01/02/13	160.800,00	16.080,00	5.190,74	21.270,74	1
01/08/13	144.720,00	16.080,00	3.950,86	20.030,86	2
01/02/14	128.640,00	16.080,00	3.511,87	19.591,87	3
01/08/14	112.560,00	16.080,00	3.072,89	19.152,89	4
01/02/15	96.480,00	16.080,00	2.633,90	18.713,90	5
01/08/15	80.400,00	16.080,00	2.194,92	18.274,92	6
01/02/16	64.320,00	16.080,00	1.755,94	17.835,94	7
01/08/16	48.240,00	16.080,00	1.316,95	17.396,95	8
01/02/17	32.160,00	16.080,00	877,97	16.957,97	9
01/08/17	16.080,00	16.080,00	438,98	16.518,98	10
Total		160.800,00	24.945,02	185.745,02	-
Total pago: R$ 40.200,00 (entrada) + R$ 185.745,02 (financiamento) = R$ 225.945,02					

Produção agrícola brasileira

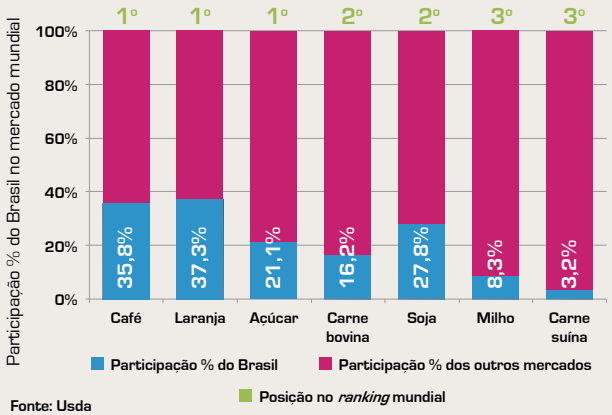
Primeiro levantamento da safra de grãos 2012/13 (mil toneladas)

Produção	2008/09	2009/2010	2010/11	2011/12 Previsão (A)	2012/13 Estimativa (B)	Variação (%) B/A
ALGODÃO - CAROÇO	1.890,6	1.843,1	3.228,6	3.029,3	2.621,0	-13,5
AMENDOIM TOTAL	300,6	226,0	226,5	294,7	267,7	-9,2
AMENDOIM 1ª SAFRA	246,1	191,9	199,2	274,6	247,5	-9,9
AMENDOIM 2ª SAFRA	54,5	34,1	27,3	20,1	20,2	0,5
ARROZ	12.602,5	11.660,9	13.613,1	11.599,5	11.733,8	1,2
AVEIA	232,2	244,1	379,0	353,5	397,8	12,5
CANOLA	0,0	42,2	69,7	52,0	54,7	5,2
CENTEIO	6,1	4,8	3,2	3,5	4,1	17,1
CEVADA	237,0	201,4	283,9	305,1	299,4	-1,9
FEIJÃO TOTAL	3.490,6	3.322,5	3.732,8	2.898,6	3.330,5	14,9
FEIJÃO 1ª SAFRA	1.344,5	1.463,1	1.680,3	1.235,6	1.320,5	6,9
FEIJÃO 2ª SAFRA	1.371,6	1.022,8	1.325,1	1.065,4	1.278,7	20,0
FEIJÃO 3ª SAFRA	774,5	836,6	727,4	597,6	731,3	22,4
GIRASSOL	109,4	80,6	83,1	116,2	93,4	-19,6
MAMONA	92,5	100,6	141,3	24,8	80,5	224,6
MILHO TOTAL	51.003,9	56.018,0	57.407,0	72.570,2	73.236,9	0,9
MILHO 1ª SAFRA	33.654,9	34.079,2	34.946,7	33.869,4	35.879,7	5,9
MILHO 2ª SAFRA	17.349,0	21.938,8	22.460,3	38.700,8	37.357,2	-3,5
SOJA	57.165,5	68.688,2	75.324,3	66.383,0	82.817,0	24,8
SORGO	1.934,9	1.624,2	2.314,0	2.182,6	2.211,8	1,3
TRIGO	5.884,0	5.026,2	5.881,6	5.788,6	5.005,4	-13,5
TRITICALE	184,7	172,1	114,9	112,2	113,1	0,8
BRASIL	135.134,5	149.254,9	162.803,0	165.713,8	182.267,1	10,0

Fonte: Conab
(A) Dados Preliminares: sujeitos a mudanças (B) Dados Estimados: sujeitos a mudanças

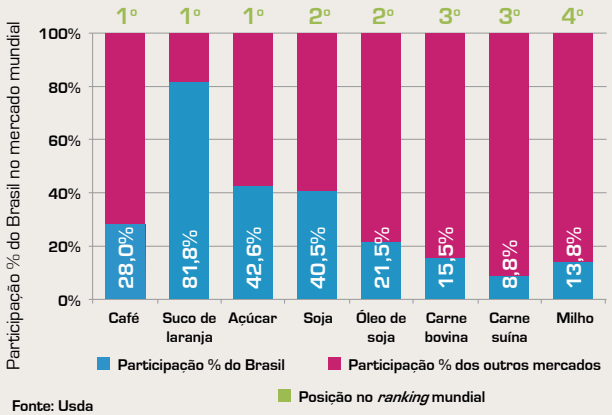
Produção agropecuária brasileira

Posição do Brasil como produtor em relação ao mercado mundial em 2011/12



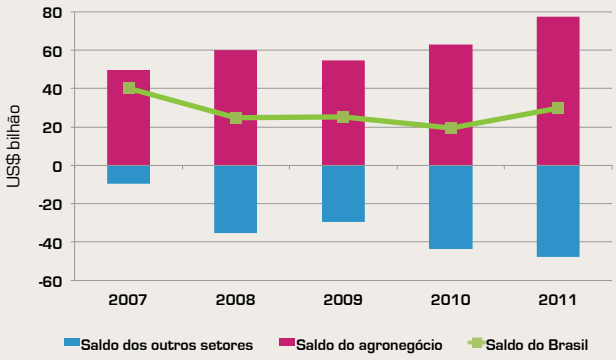
Fonte: Usda

Posição do Brasil como exportador em relação ao mercado mundial em 2011/12



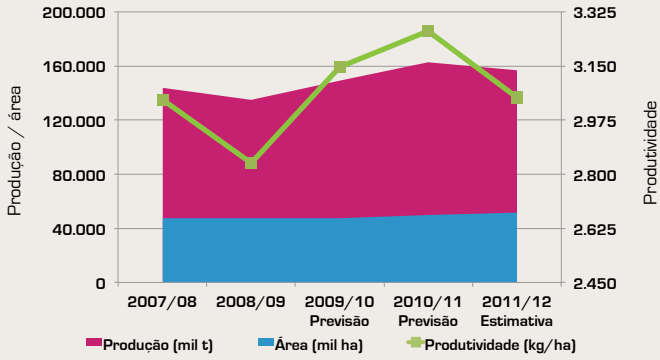
Fonte: Usda

Brasil: evolução do saldo da balança comercial



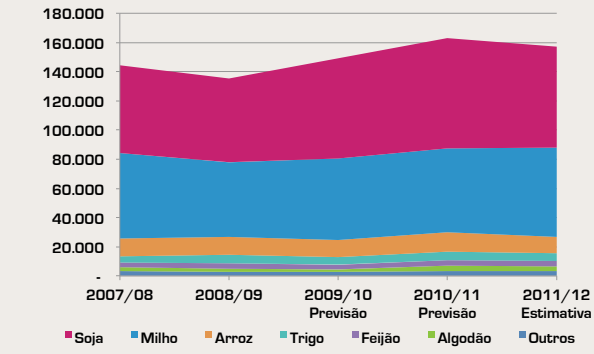
Fonte: Secex

Brasil: área plantada com grãos, produção e produtividade



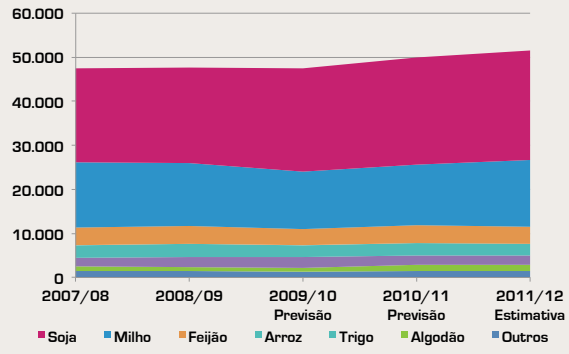
Fonte: Conab

Brasil: produção de grãos, por produto (mil t)



Fonte: Conab

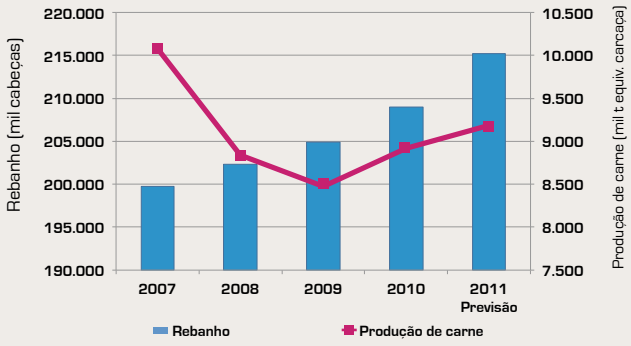
Brasil: área plantada com grãos, por produto (mil ha)



Fonte: Conab

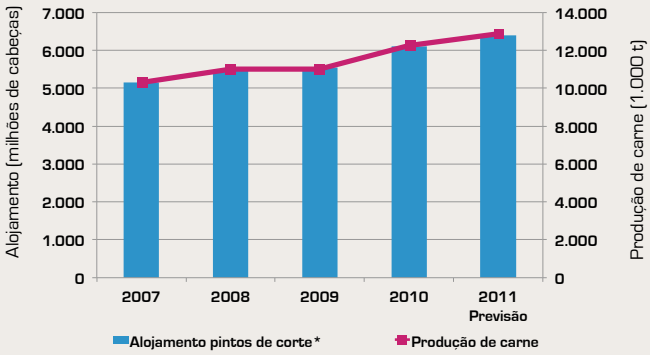
Produção agropecuária brasileira

Brasil: produção de bovinos



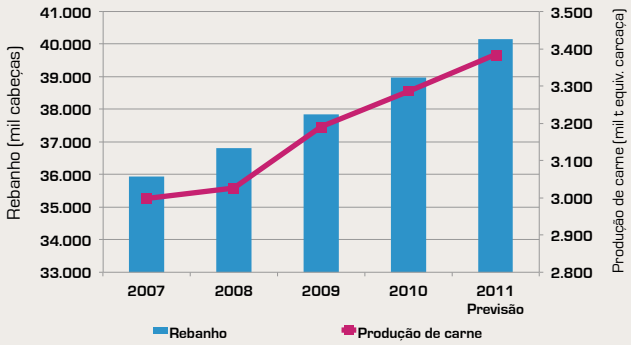
Fonte: IBGE

Brasil: produção de aves



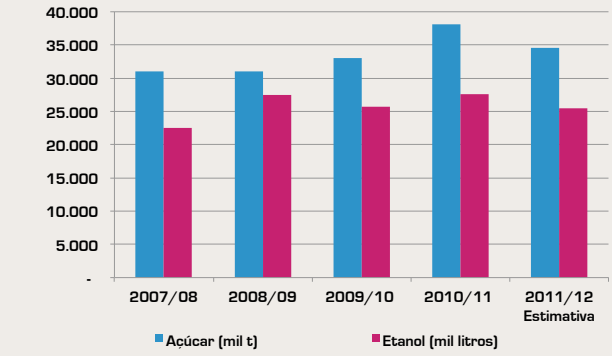
Nota: *O alojamento, e não a produção de pintos de corte, reflete o plantel que irá produzir carne.
Fonte: Associação Brasileira dos Produtores de Pintos de Corte (Apinco)

Brasil: produção de suínos



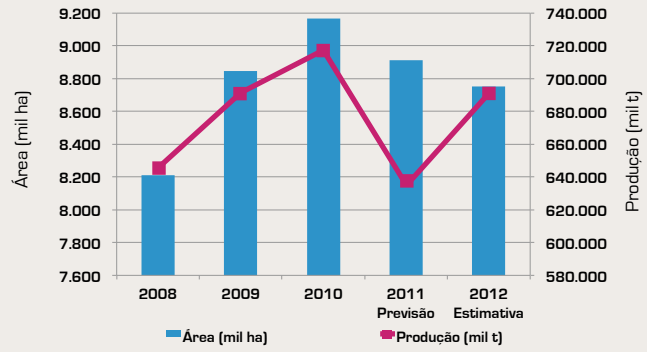
Fontes: IBGE; Abipecs

Brasil: produção de açúcar e etanol



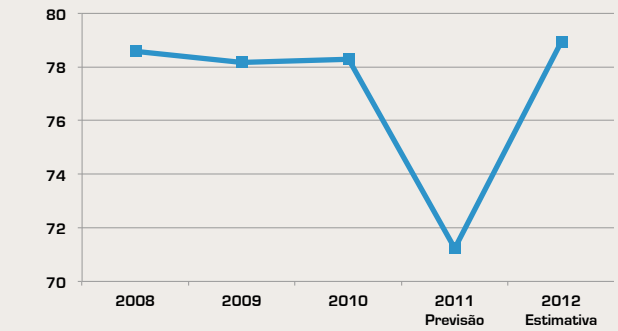
Fontes: Unica; Conab

Brasil: área e produção de cana-de-açúcar



Fonte: IBGE

Brasil: produtividade da cana-de-açúcar (t/ha)



Fonte: IBGE